

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA DE CIÊNCIAS HUMANAS  
Curso de História

Ana Vitória Röhrig da Silva

**TRANSCRIÇÃO E PRODUÇÃO DE UM CATÁLOGO DO  
LIVRO DO TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE  
PASSO FUNDO (1873-1875)**

Passo Fundo  
2021

Ana Vitória Röhrig da Silva

**TRANSCRIÇÃO E PRODUÇÃO DE UM CATÁLOGO DO LIVRO DO  
TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO (1873-  
1875)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História, sob orientação da Prof. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo  
2021

*Dedico à Maria Clara e João  
Pedro, meus sobrinhos;  
à Maria Demecilda e Rosa Maria,  
avó e mãe que são sinônimo  
de força e amor.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente a minha mãe por todo esforço que fez para que eu chegasse até aqui, por confiar e acreditar que daria certo; no mesmo instante, agradeço a minha irmã por todo apoio recebido. Ao meu namorado, pelo incentivo, compreensão e paciência, foste fundamental.

Agradeço ao Arquivo Histórico Regional pela oportunidade de intervenção, suporte e acolhimento. Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, pela confiança e pelo comprometimento durante todo o processo.

Aos demais professores do curso de História, meu muito obrigada!

## RESUMO

A transcrição de um documento manuscrito do século XIX nos coloca em uma posição de estudos paleográficos, do início ao fim, regido pelas Normas Brasileiras de Transcrição de Documentos. Além disso, a construção de um catálogo envolve questões de estruturação, vocabulário controlado, definições e redefinições. Os dois aspectos mencionados, aliados em uma proposta de intervenção, instituem o tema e objetivos do presente trabalho, com metodologia pautada na Paleografia, resultam em mais perguntas e assuntos que podem vir a originar futuros trabalhos. Ademais, a sociedade passo-fundense, as relações interpessoais e relações de negócios estabelecidas que podem ser constatadas no decorrer do manuscrito e aprofundadas.

**Palavras chave:** Intervenção – Documento – Paleografia – Catálogo.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Transcrição do documento.....	25
<b>Figura 2</b> – Exemplos concretos diretamente do documento .....	26
<b>Figura 3</b> – Configuração inicial Catálogo.....	26
<b>Figura 4</b> – Segunda configuração do Catálogo.....	27
<b>Figura 5</b> – Configuração atual do Catálogo.....	27

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Conteúdo do Livro.....	29
<b>Gráfico 2:</b> Escrituras.....	30

## SUMÁRIO

<b>A PROPOSTA DE TRABALHO .....</b>	<b>8</b>
<b>AS FONTES .....</b>	<b>10</b>
<b>REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....</b>	<b>12</b>
<b>Cultura.....</b>	<b>13</b>
<b>Cultura Material.....</b>	<b>13</b>
<b>Memória.....</b>	<b>14</b>
<b>Patrimônio .....</b>	<b>15</b>
<b>Patrimônio Documental .....</b>	<b>17</b>
<b>Arquivos.....</b>	<b>20</b>
<b>O OBJETO E A INTERVENÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>A Transcrição e a construção do Catálogo.....</b>	<b>24</b>
<b>A organização do Catálogo .....</b>	<b>27</b>
<b>O RESULTADO .....</b>	<b>30</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>50</b>

## A PROPOSTA DE TRABALHO

Produzir uma pesquisa, seja ela em qualquer âmbito, pode implicar em alguns desafios, e o processo até sua conclusão é construído a partir de determinadas etapas. O historiador/pesquisador deve ter consciência de que ao produzir o projeto de pesquisa está delimitando seus recortes - espacial e temporal - bem como estabelecendo suas conexões com a fonte primária.

As fontes, por sua vez, podem ser: documentos manuscritos, fotografias, objetos, produções literárias, periódicos, achados arqueológicos, enfim, são muitas as possibilidades. E ainda, uma fonte pode vir a ser um material que o pesquisador busca produzir algo de caráter mais técnico e prático, tendo como exemplo a organização, no contexto acadêmico esse ato é chamado de intervenção. A intervenção pode ser realizada partindo de diversas perspectivas, ambientes, cidades, metodologias, levando em consideração esses aspectos, o projeto também busca delimitar alguns pontos, e um deles é no que irá resultar de concreto sua intervenção.

Podemos tomar como exemplo minha proposta: produzir um catálogo do Livro do Tabelionato de Passo Fundo do período compreendido entre os anos de 1873-1875, esse material está salvaguardado no Arquivo Histórico Regional (AHR). Ou seja, tenho meu espaço de intervenção que é o AHR, ainda poderia ser realizado em entre outras alternativas, uma escola, um museu, um cemitério, por exemplo. O catálogo é a finalidade do projeto, meu recorte temporal é 1873-1875, com espacialidade delimitada no município de Passo Fundo.

Passo Fundo vem construindo sua história há mais de 12 mil anos - com o povoamento de grupos indígenas nesta região, predominantemente caingangues<sup>1</sup> e durante o processo de colonização que compreende meados do século XVII até o século XIX que engloba a chegada dos jesuítas, os imigrantes europeus e se desenrola até o que conhecemos hoje -, com seus limites fronteiriços constituídos há cerca de 164 anos, em 1857, quando houve sua emancipação político-administrativa passando a ser denominada como Vila de Passo Fundo, enquanto que o status de cidade se deu já no final do século XIX, em 1891<sup>2</sup>, mesmo que se tratasse de um título mais simbólico. Sobre as diferenças terminológicas utilizadas na época imperial, Maria Helena

---

<sup>1</sup> BATISTELLA, Alessandro; KNACH, Eduardo Roberto Jordão. Antologia do município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX. IN: BATISTELLA, Alessandro; SILVA, Adriana Ferreira da (Coord.). Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia, imprensa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade. Passo Fundo: Méritos, 2007. (vol. 1) p. 30.

<sup>2</sup> BATISTELLA; KNACH, 2007, p. 61.

de Paula e Mayara Aparecida Ribeiro de Almeida<sup>3</sup>, citadas por Raíssa Gehring Ulrich<sup>4</sup>, evidenciam que

O *município* é composto por uma povoação principal, que compõe a sede do município e seus distritos. A sede de um município poderia ser denominada *vila* ou *cidade* e o único fator que difere uma da outra é a sua proporção, que reflete em seu limite territorial urbanizado. Mas também o título de cidade poderia ser concedido como honra a alguma vila que se destacasse econômica, religiosa, política ou militarmente. Tanto a vila quanto a cidade deveriam contar com um juiz e uma câmara, apenas variando o número de vereadores: nove para a cidade e sete para a vila.<sup>87</sup> A emancipação do município de Passo Fundo em 1857, alterou significativamente a organização local, já que o mesmo passou a ter autonomia política e administrativa. (p. 34.)

E nesse contexto do século XIX, o país vivia sob o governo de Dom Pedro II, ou seja, ainda se tratava de uma monarquia, o Império do Brasil. Os chamados “*Estados*” atualmente, naquele período recebiam a denominação de “*Províncias*”. A então Província era denominada de São Pedro do Rio Grande do Sul, tendo em 1873 como presidente João Pedro Carvalho de Moraes<sup>5</sup>. Nas décadas finais do século XIX a Vila de Passo Fundo ia se constituindo de uma maneira pouco diferente do restante do país, pois, a posse dos latifundiários locais deu-se através do apossamento de terras ou da concessão do título de posse das chamadas “terras devolutas”.<sup>6</sup>

A elite local que estava se firmando no território, controlava a vida pública, econômica e militar, fato este mais perceptível após 4 de janeiro 1860 quando houve a criação da Lei Provincial nº 545<sup>7</sup>. Ao longo da década de 1870 o desenvolvimento da agricultura era um fator de interesse das autoridades que começaram a apostar ainda mais na colonização com os imigrantes europeus, sobretudo em 1875 a província começou a receber muitos imigrantes, principalmente italianos<sup>8</sup>, além disso, há alguns Relatórios que possuem reivindicações para modernizar a vila, “a Assembleia havia prometido, através da Lei no 862 de 8 de abril de 1873,

<sup>3</sup> PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. Revista (Con) **Textos Linguísticos**, v. 10, n. 17, 2016. Disponível <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/14797>. p. 159-160.

<sup>4</sup> ULRICH, Raíssa Gehring. **AS MODERNIDADES VISÍVEIS E AS ALTERAÇÕES CIDADINAS NA PASSO FUNDO DE OUTRORA (1891-1924)**. 2020. Trabalho de conclusão de curso (História - Licenciatura) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020. p. 25.

<sup>5</sup> Informação retirada de um relatório da Assembleia Legislativa Provincial, que pode ser encontrada através do link: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1873\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1873_00001.pdf)>.

<sup>6</sup> BATISTELLA, KNACH, 2007, p.50.

<sup>7</sup> Esta lei concedia maior autonomia para a província e conseqüentemente maior poder para as elites locais, por meio desta autonomia a cidade se desenvolvia de acordo com os interesses da elite, além de não ter um planejamento para esta formação urbana. (BATISTELLA; KNACH, 2007, p.56-57).

<sup>8</sup> BATISTELLA, KNACH, 2007, p.59.

a instalação de uma linha telegráfica elétrica, que ligasse a cidade de Cachoeira à vila de Passo Fundo”<sup>9</sup> Maiores mudanças na colonização e no desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul é mais notável já na Primeira República (1889-1930).

## AS FONTES

Sobre o desenvolvimento de pesquisa com arquivos cartoriais, Carlos Bacellar aponta que são documentos preciosos, mas que apesar de arquivos públicos estaduais ou municipais os possuem sob guarda, muito desse material ainda se encontra nos próprios cartórios, o que reflete diretamente no tempo e na qualidade de vida do documento, já que não há uma preocupação de conservação com o acondicionamento apropriado. E enfatiza que atualmente os cartórios possuem suas especificidades como “de Notas, de Registro de Imóveis, de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Protestos de Letras e Títulos” e esse processo iniciou ainda no século XIX, anterior a esse período, os registros eram feitos nos tabeliões únicos<sup>10</sup>.

Percebendo que o Arquivo é um laboratório de pesquisa para historiadores, admiradores da história e também para o público em geral, se torna relevante saber que para além dos arquivos cartoriais, o AHR salvaguarda um amplo acervo documental, iconográfico e bibliográfico desde a segunda metade do século XX. Partindo de uma análise particular arrisco a dizer que o AHR já passou por pelo menos três grandes marcos desde sua criação: o início de suas atividades em 1984 sob a denominação de Museu e Arquivo Histórico Regional, localizado no Campus I<sup>11</sup> da Universidade de Passo Fundo, o segundo marco que destaco aqui é quando ocorre um desmembramento destas instituições - Arquivo e Museu - e a partir de então o arquivo é denominado Arquivo Histórico Regional, com suas atividades sendo desenvolvidas no Campus III<sup>12</sup> da universidade; e o terceiro marco na história desta importante instituição volta-se ao (re)começo, enquanto escrevo o AHR está passando por uma nova mudança para um local já conhecido, o Campus I e está alocado no Prédio B04 - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Além disso, é válido salientar que o Arquivo é vinculado ao curso de graduação em História da universidade e ao Programa de Pós-Graduação em História

---

<sup>9</sup> ULRICH, 2020. p. 25.

<sup>10</sup> BACELLAR, Carlos. O uso e mau uso dos arquivos. IN: Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky, (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 38-39.

<sup>11</sup> O Campus I da UPF fica localizado na BR 285, São José | Passo Fundo/RS | CEP: 99052-900.

<sup>12</sup> O Campus III da UPF fica localizado na Av. Brasil 743 - Centro | Passo Fundo/RS | CEP 99010-102, mas em breve este endereço não pertencerá mais a Universidade.

(PPGH)<sup>13</sup>. E será a partir desse vínculo estabelecido em meados de 1998 que o Arquivo ganhará maior destaque e importância para os alunos pesquisadores do programa. Para Ana Luiza Setti Reckziegel<sup>14</sup> o AHR torna-se fundamental para a compreensão da História do Brasil partindo do norte do Rio Grande do Sul, entre outras inúmeras possibilidades de pesquisas.

As motivações para tais escolhas decorreram da experiência que obtive no AHR por dois anos como estagiária, estando em contato direto com o acervo e vendo ali inúmeras possibilidades a serem trabalhadas, como é o caso deste livro que no campo da pesquisa ainda é inédito, e através dele será possível potencializar futuras pesquisas, bem como facilitar o acesso de dados da história local deste período. Ademais, tendo esse contato com o acervo, pude acompanhar de perto a relação dos vários historiadores que por mim passaram, com suas fontes, e compreender a importância de manter a organização dos acervos.

A relação historiador-fonte é bastante complexa, primeiramente porque toda a fonte primária, seja ela qual for, carrega consigo memórias e são os cuidados com essas memórias que devem ser levados em consideração já que não cabe ao historiador apenas reproduzi-las, ao mesmo tempo que em alguns casos é muito tendencioso a isso. Ao historiador cabe investigar a fonte, quem a produziu, por quais motivos, analisá-la de acordo com a metodologia definida por ele, e a partir disso produzir materiais que nos tragam algo diferente, novas informações, novas perspectivas. Se pensarmos em um historiador enquanto responsável por um acervo a discussão é outra. A autora Haike Roselane questiona “Acervo: será este o espaço profissional do historiador? Sim e não.”<sup>15</sup> e responde o próprio questionamento dizendo que sim,

pois as iniciativas preservacionistas se disseminam, as buscas por memórias se alastram, os acervos surgem do pó, ou dos porões, como se nunca tivessem existido. Sim, pois é enorme a carência de profissionais preparados para o trato com documentos, peças de museu, organização arquivística ou coisas do gênero. Sim, pois a formação de profissionais arquivistas ou bibliotecários dá prioridade para a produção documental corrente ou para os livros que têm mais uso, os que têm mais saída. Sim, porque o historiador desenvolve um certo sentido de preservação, pois é a partir do preservado (seja material ou imaterial) que ele produz história. (2003, p. 113).

<sup>13</sup> Para mais informações sobre o Arquivo Histórico Regional, acesse o site: <https://www.upf.br/ahr/> | Facebook: [https://www.facebook.com/ArquivoHistoricoRegional/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/ArquivoHistoricoRegional/about/?ref=page_internal)

<sup>14</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. A região, a memória e a história: a experiência do Arquivo Histórico Regional da UPF. História: Debates e tendências, Passo Fundo, v. 8, n.2, jul/dez. 2008, p 324-331, publ.2009. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/issue/view/Julho%20-%20Dezembro%202008>

<sup>15</sup> SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Historiadores e acervos**: uma relação de “fato”, mas não de “direito”. Pelotas: ASPHE, FaE, UFPel, 2003. p. 113.

E, logo após esses apontamentos, nos diz que não, em suma pela falta de preparação profissional para atuar nestes locais de guarda. Ou seja, se há o desejo de o historiador atuar profissionalmente na preservação desses acervos é preciso buscar se especializar.

Para discutir essas questões mais detalhadamente careceríamos de muitas horas de estudos e diálogos já que são muitas as variáveis, por ora direcionamos nossa atenção para compreender o que é preciso para a elaboração de um catálogo desse importante material cartorial e acompanhar o que ele pode vir a nos revelar sobre a sociedade que compunha o município de Passo Fundo dos anos de 1873-1875.

## REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

O objetivo principal da proposta de intervenção é produzir um catálogo de um documento que pertence à classificação de arquivos cartoriais, e está inserida no âmbito da História Cultural, estabelecendo diálogos com outras perspectivas, como memória, patrimônio documental, acervos e arquivologia.

Para nos auxiliar na compreensão do que é história cultural, Peter Burke<sup>16</sup> escreve que após 1970, esse nicho historiográfico é redescoberto e acaba cativando novas possibilidades, enquanto que anterior a esse período, a história cultural seria vista como um elemento secundário diante de outras disciplinas, pelas palavras do autor: “outrora uma cinderela”<sup>17</sup>. Burke nos traz elementos que caracterizam duas abordagens principais que competem a historiografia da história cultural, uma interna e outra externa. Segundo ele,

A abordagem interna trata da presente renovação da história cultural como uma reação às tentativas anteriores de estudar o passado que deixavam de fora algo ao mesmo tempo difícil e importante de se compreender. De acordo com esse ponto de vista, o historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar (2005, p.08).

Enquanto que a abordagem externa relaciona “a ascensão da história cultural a uma “virada cultural” mais ampla em termos de ciência política, geografia, economia, psicologia,

---

<sup>16</sup> BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>17</sup> BURKE, 2005, p.07.

antropologia e “estudos culturais”, a essa virada cultural estaria ligada uma mudança na assimilação de expressões progressivamente mais comuns, como por exemplo, “cultura da pobreza” e “cultura do medo”<sup>18</sup>.

## **Cultura**

É interessante mencionar que o termo “cultura” carrega um amplo sentido, que gera discussões em sua interdisciplinaridade. Como é o caso da antropologia que está diretamente ligada ao conceito, e se torna evidente quando Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva<sup>19</sup> escrevem que o “conceito de cultura é um dos principais nas ciências humanas, a ponto de a Antropologia se constituir como ciência quase somente em torno desse conceito.”<sup>20</sup>, por outro lado, definir cultura é demasiado complexo, pois esta é dinâmica e possui estruturas diversificadas de acordo com o contexto e sociedade a qual se insere, mas ainda de acordo com os autores, de forma ampla, podemos entender que “cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças.”<sup>21</sup>. Sem dúvidas a História Cultural, principalmente após a Escola dos Annales, com a chamada “Nova História” nos traz inúmeras possibilidades de pesquisa devido à grande ampliação que se teve, as variedades culturais estão cada vez mais sendo percebidas e estudadas, vejamos um exemplo específico, sobre cultura material.

## **Cultura Material**

Um elemento que vem a complementar o nosso objeto de estudo, entender a Cultura Material também é entender em que especificação da História Cultural o Livro do Tabelaionato está inserido. Pensar na Cultura Material, nos remete a Arqueologia, mas não é só nesse campo que constatamos os objetos e produções materiais de uma sociedade. Para Barros<sup>22</sup> a História

---

<sup>18</sup> BURKE, 2005, p. 08-09.

<sup>19</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

<sup>20</sup> 16 SILVA; SILVA, 2009, p. 85.

<sup>21</sup> Idem, p.85.

<sup>22</sup> BARROS, José D’Assunção. História da Cultura Material – Notas sobre um campo histórico em suas relações intradisciplinares e interdisciplinares. *IN*: BARROS, José D’Assunção. **O Campo da História** – Especialidades e Abordagens, Petrópolis: Vozes, 2004.

da Cultura Material é um campo que se desenvolveu a partir do século XX, definida como uma dimensão historiográfica, que “traz para primeiro plano a própria vida material dos homens que vivem em sociedade, incluindo os objetos e materiais que constituem a base desta cultura material gerida e organizada socialmente”<sup>23</sup>, dessa forma, trata-se de

um campo histórico que estuda fundamentalmente os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano. (2004, p.5)

Cabe destacar o que o autor diz sobre como os documentos podem ser trabalhados dentro desta dimensão historiográfica: “existe em arquivos tradicionais farta documentação descritiva que busca dar conta da espacialidade nos sucessivos contextos temporais, narrando através das palavras a espacialidade e a materialidade de determinada cidade”<sup>24</sup>. Ou seja, através da Cultura Material podemos realizar estudos que contemplem os mais diversos domínios, sejam eles produções artísticas, arqueológicas ou documentais, já que um objeto da Cultura Material “é na verdade a materialização de uma sucessão de processos sociais, políticos, culturais, econômicos e tecnológicos”<sup>25</sup>.

Quanto a relação do historiador com os já mencionados materiais, não deve haver ingenuidade ao entrar em contato com os mesmos, deve enfrentar de forma consciente os desafios que implicam trabalhar com fontes materiais, e através dele ser capaz de ler relações de poder, identificar padrões e hierarquizações sociais, compreender as possíveis tensões acerca do objeto, logo, “Captar em um objeto simples toda a complexidade social, enfim, é o grande desafio do historiador da cultura material”<sup>26</sup>.

## Memória

---

<sup>23</sup> BARROS, 2004, p. 5.

<sup>24</sup> BARROS, 2004, p. 11.

<sup>25</sup> BARROS, 2004, p. 12.

<sup>26</sup> BARROS, 2004, p. 15.

Entre as vertentes da história cultural, encontramos discussões acerca de memórias. Também despontando na década de 1970, e quando os historiadores passam a inserir memórias em suas produções se dá por meio da História Oral<sup>27</sup>. Para Cynthia Haigert, a memória se trata de “uma fonte de armazenar informações diversas; como nossas recordações; como a história individual de um sujeito ou como a história de um povo. A memória resulta de experiências. Por isso, é mais correto falar em “memórias” e não em “memória”<sup>28</sup>. Ainda sobre memórias, muitos autores trabalham com a perspectiva de memória individual e coletiva, sobre isso, Maurice Halbwachs<sup>29</sup>, aponta que, se por um lado

a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela; nem por isso deixa de seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente a sua substância. A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (2006, p.53-54)

O autor ainda nos traz elementos de uma memória histórica que se difere da memória coletiva<sup>30</sup>, mas esse ponto vista vem sendo contestado, pois, seguindo essa lógica, as memórias não poderiam ser fontes de pesquisa, nos servindo como documentos históricos. A partir de tais discussões entendemos que as memórias individuais que vamos armazenando ao longo da vida refletem na construção de uma memória coletiva, e que estas memórias ainda nos ajudam a compreender situações contemporâneas e passadas de nossa sociedade. Como um meio de conservação a essas produções materiais e imateriais, surge em nossa discussão um novo conceito: Patrimônio.

## **Patrimônio**

O primeiro pensamento quando se fala em patrimônio, nos leva a imaginar que se trata daquilo que uma pessoa construiu ao longo de sua vida. Esse pensamento não está equivocado,

---

<sup>27</sup> SILVA; SILVA, 2009, p. 275

<sup>28</sup> HAIGERT, Cynthia Gindri. Memória: do individual ao coletivo. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer, Educação patrimonial: perspectivas. Santa Maria: UFSM. Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2005. p. 85.

<sup>29</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>30</sup> HALBWACHS, 1990, p. 81.

mas, precisamos ter clareza quanto a definição que aqui está sendo trabalhada, que é Patrimônio Cultural, o qual é composto de subdivisões e especificações que nos levam a discutir a partir dele, patrimônio histórico, material, imaterial, arquivístico, entre outros. De acordo com Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, a construção do conceito se dá paulatinamente a partir da substituição do termo patrimônio histórico pelos historiadores. Mas qual o motivo dessa substituição? Partindo do princípio de que usando a terminologia de Patrimônio Cultural, que por sua vez, é mais ampla, logo, se consegue abranger todas as especificidades que lhe cabem, sobre a definição do conceito, Silva e Silva salientam que,

A definição atual de patrimônio cultural se originou no documento elaborado pela Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, realizada em 1972 e promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Tal documento detalhou o patrimônio cultural como monumentos, ou seja, as obras arquitetônicas, de esculturas ou de pinturas monumentais, assim como os elementos estruturais de caráter arqueológico que tenham valor universal do ponto de vista da História, da Arte e das ciências. (2009, p. 324).

Os autores ainda destacam que esse conceito não se reduz à produção material humana, abrangendo também produções intelectuais e emocionais, vale a ressalva de que foi levando em consideração esses fatores que “a Unesco reconheceu a arte gráfica e oral do povo *wajãpis*, tribo indígena do Amapá, como obra-prima do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade, fugindo assim ao padrão de que apenas o monumental vale a pena ser lembrado pela História”<sup>31</sup> cabe ainda, mencionar a existência de quatro categorias consideradas bens patrimoniais da humanidade: “os bens naturais, os bens materiais, os bens intelectuais (que são o conjunto do conhecimento humano) e os bens emocionais, em que são inseridas as manifestações folclóricas, religiosas e artísticas de cada povo.”<sup>32</sup>

José Reginaldo dos Santos Gonçalves<sup>33</sup> escreve sobre noções de patrimônio, o que nos revela uma discussão pertinente, onde o autor aponta que:

Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos

<sup>31</sup> SILVA; SILVA, 2009, p.325.

<sup>32</sup> Idem, p. 325.

<sup>33</sup> GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna reformulação no Brasil. (2002, p. 21-22).

Quando o autor usa o termo “intangíveis” quer se referir ao patrimônio imaterial, que é um debate atual que busca patrimonializar danças, músicas, culinária, folclore, e infinitudes de outros elementos de uma sociedade.

### **Patrimônio Documental**

A principal discussão que nos cabe aqui é sobre o Patrimônio Documental, que está diretamente ligado aos arquivos. Para Marchi, Knack e Poloni, entender esse conceito nos leva a outras dimensões, pois ainda não há uma definição clara e precisa para tal compreensão. Vejamos, para se referir ao mesmo processo, podem aparecer terminologias como “patrimônio arquivístico”, “patrimônio documental”, “patrimônio arquivístico documental” e ainda, “patrimônio documental arquivístico”, há certa generalização, com isso o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística<sup>34</sup>, propõe, no Brasil, uma homogeneidade do vocabulário, e no dicionário encontramos o termo “patrimônio arquivístico”<sup>35</sup> para se referir a tais materiais<sup>36</sup>. Em suma, podemos entender patrimônio documental, segundo a definição do Programa Memória do Mundo<sup>37</sup>, escrito por Ray Edmondson<sup>38</sup>:

la definición de patrimonio documental comprende elementos que son:

- movibles
- consistentes en signos/códigos, sonidos y/o imágenes
- conservables (los soportes son elementos inertes)

<sup>34</sup> ALVES, Ivone; et.al. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro, 1993.

<sup>35</sup> Consultando o dicionário encontramos a seguinte definição: Patrimônio Arquivístico - “Conjunto dos arquivos 1 conservados num país que constitui parte essencial do seu patrimônio administrativo, histórico e cultural. A conservação 1 deste patrimônio é assegurada através de disposições legais”. Logo em seguida, há a definição de Patrimônio Arquivístico Comum - “Arquivos 1 que fazem parte do patrimônio nacional de dois ou mais estados.” (1993, p. 72).

<sup>36</sup> MARCHI, Darlan de Mamann; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; POLONI, Rita Juliana Soares. (Orgs.). *Memória & patrimônio: lugares, sociabilidades e educação*. Vol. 1. Pelotas: Ed. da UFPel, 2019. p. 17-18.

<sup>37</sup> O Programa foi criado em 1992 pela UNESCO; em 1993, na Polônia aconteceu o primeiro encontro do Comitê Consultivo Internacional (CCI) que elaborou um plano de ação para o programa, e a partir disso muitos projetos-piloto foram criados. Possui três objetivos principais: facilitar a preservação do patrimônio documental do mundo por meio de técnicas mais adequadas; facilitar o acesso universal ao patrimônio documental; e, criar maior consciência em todo o mundo sobre a existência e a importância do patrimônio documental. (EDMONDSON, 2002, p. 2).

<sup>38</sup> EDMONDSON, Ray. *Memoria del Mundo: Directrices para la salvaguarda del patrimonio documental*. París: UNESCO, 2002.

- reproducibles y trasladables
- el fruto de un proceso de documentación deliberado. (...)

Una pieza del patrimonio documental puede ser un solo documento de cualquier tipo, o bien un grupo de documentos, como una colección, un fondo o unos archivos. Una colección es una serie de documentos seleccionados individualmente. Un fondo es una colección o serie de colecciones que obran en poder de una institución o una persona, o un fondo o conjunto de documentos, o una serie de documentos que obra en poder de un archivo. Estas instituciones pueden ser bibliotecas, archivos, organizaciones de tipo educativo, religioso e histórico, museos, organismos oficiales y centros culturales. (2002, p.6-7).

A partir dessa definição podemos dizer que patrimônio documental abrange tudo aquilo que pode ser conservado e que tenha valor para a sociedade, proveniente de um fundo documental ou de um único documento, além de pinturas, audiovisuais, documentos digitais, entre outros, sendo estes salvaguardados por arquivos, museus, bibliotecas, centros de memória e afins. Cabe uma breve definição de documento arquivístico, considerando as ponderações de Theo Thomassem<sup>39</sup>,

Um documento é a menor unidade de informação registrada com significado próprio. Nem toda informação que pode ser recuperada sob forma documental é um documento de arquivo. Documentos arquivísticos são diferenciados de outros documentos pelos motivos de sua criação. Diferentemente de livros em uma biblioteca, que são produtos de uma atividade de coleção consciente, documentos arquivísticos têm em comum o fato de que eles estão vinculados ao processo pelos quais foram gerados. (2006, p.6)

Mesmo tendo seus lugares específicos de guarda, o patrimônio documental, tendo no seu propósito estar a serviço da sociedade, seja ela local, nacional ou internacional, é muito importante que a discussão seja levada para a educação, pensando em uma escola, por exemplo, onde desde cedo as crianças e adolescentes tenham contato com essa face da conservação e valorização dos patrimônios culturais, bem como de sua própria história. Maria Otília Pereira Lage<sup>40</sup> expõe a seguinte reflexão:

Enquanto Patrimônio, o Patrimônio Documental, reclama como todas as modalidades categorizadas de Patrimônio a que sempre subjaz, medidas de defesa genéricas que vão desde a promoção do seu conhecimento, o incremento da sua pesquisa e levantamento, inventariação e classificação, a formação do e para o uso, educação e promoção para a

<sup>39</sup> THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo & Administração*, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51643>. Acesso em: 25 jun. 2021.

<sup>40</sup> LAGES, Maria Otília. **Abordar o Patrimônio Documental: Territórios, Práticas e Desafios**. Guimarães: NEPS, 2002. (Cadernos NEPS)

tomada de consciência e utilização como renovação de acções (sic.) educativas. (2002, p.16)

Juan Miguel Palma Peña<sup>41</sup> também defende a proposta de se levar o patrimônio documental para a educação:

La propuesta educativa sobre el patrimonio documental —como un esquema de acciones cognitivas y reflexivas que tienen como base la relevancia de informar mediante acciones y percepciones la importancia de éste— apunta a que, mediante acciones formales y no formales, se forme e informe a los ciudadanos sobre la relevancia del conjunto patrimonial, poniendo énfasis en la manera en que el acceso a dicha información beneficia a su desarrollo cultural y social. (2013, p.52.)

É válido mencionar que há novas discussões girando em torno do patrimônio documental, é o caso da informatização. Muitos autores têm discutido sobre a preservação digital dos documentos e toda essa questão em torno da tecnologia relacionada para tais fins. Mas para um arquivo ser patrimonializado precisa passar por um dos quatro procedimentos destacados na escrita de Marchi, Knack e Poloni, são eles:

O primeiro e mais sólido é o processo de seleção/avaliação de documentos, referendado desde 1991 pela Lei Federal Nº 8.159 (Lei dos Arquivos). O procedimento é reconhecido e legitimado pela prática arquivística e se baseia na análise e no reconhecimento de “valores”. A “valoração” dos documentos ampara-se em critérios técnicos e teóricos estabelecidos, em geral, pelos arquivistas, com o auxílio de comissões de avaliação, agrupamentos multifacetados formados com o intuito de analisar as possibilidades patrimoniais presentes nos arquivos.

O segundo processo de ativação patrimonial cultural nos arquivos é o tombamento, previsto na legislação brasileira desde 1937. Como na seleção/avaliação, o tombamento é um ato baseado em critérios “técnicos” e “científicos”, avalizado pelo Estado através de seus agentes;

O terceiro, instituída em 1991, com a Lei dos Arquivos, a “dips” pode ser caracterizada como uma espécie de tombamento exclusivo para os arquivos (...) De acordo com o Decreto Nº 4.073, de 2002, cabe ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) – órgão máximo do Sistema Nacional de Arquivos – provocar ou acolher o pedido de análise a respeito do interesse público e social que determinado arquivo possa conter. Esta análise, por sua vez, é feita por comissão escolhida pelo próprio CONARQ;

O quarto, trata-se do registro de arquivos no já mencionado programa Memória do Mundo, da UNESCO. O MoW, criado em 1992, funciona nos moldes da “dips”, mas tem como enfoque o âmbito internacional.(...) Atualmente, o Brasil conta com cerca de uma centena de acervos arquivísticos nominados no programa. (2019, p.20-22).

Como vimos, o processo para a patrimonialização de arquivos, carrega consigo vultosa complexidade. Sobre os vários possíveis locais de guarda do patrimônio documental - e

---

<sup>41</sup> PEÑA, Juan Miguel Palma. **El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad**: Revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. Cuicuilco, n. 58, p. 31-57, septiembre-diciembre, 2013.

consequentemente da memória - avançaremos para ponderar alguns aspectos referentes a Arquivos.

### **Arquivos**

Intimamente relacionado com os pontos discutidos até o momento, o arquivo se constrói como um guardião das memórias que assume um papel de mediador, um laboratório de pesquisa, não restrito, mas em especial para historiadores. O arquivo é um espaço de salvaguarda do Patrimônio Documental. Para uma definição mais concreta o Dicionário de Terminologia Arquivística apresenta três definições: a primeira concerne em um “conjunto orgânico de documentos, conservados a título de prova ou informação”; a segunda definição diz que trata-se de uma “Instituição ou serviço responsável pela aquisição, conservação, organização e comunicação dos documentos de arquivo”; por fim, a terceira definição de “depósito” que podem ser considerados os móveis de acondicionamento e até mesmo as instalações do espaço de guarda<sup>42</sup>, a título de curiosidade, além dessa definição, os elementos seguintes tratam de uma especificidade de cada arquivo, por exemplo, central, corrente, histórico, nacional, privado, público, regional, entre outros.

Do ponto de vista da arquivologia<sup>43</sup>, o conceito de arquivo se torna central, já que ela prevê em seus objetivos e metodologias, entre outras, técnicas de organização, conservação e restauração mais adequada para determinado documento. Thomassem elenca duas abordagens metodológicas principais: uma é mencionada como clássica descritiva e outra mais atual, sendo analítica-funcional, que quer dizer que antes de iniciar o processo prático, o material precisa passar por uma análise, onde “são analisadas a missão, funções e tarefas do produtor de documentos, os agentes e seus mandatos são mapeados e o sistema de arquivos é criado, ou reconstruído.”<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> 1993, p.7.

<sup>43</sup> O debate epistemológico em torno do termo arquivologia pode ser percebido ainda na Idade Média, mas vai ser na epísteme da modernidade que o termo irá se destacar, e isso deve também ao despontamento das instituições arquivísticas, já que contempla a tríplice que é a base desse campo: arquivo - documento arquivístico - informação. “Contudo, o marco inaugural daquilo que se poderia caracterizar como um conhecimento orgânico estruturado em arquivologia é a publicação, em 1898, do “Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses”” que considera “elementos essenciais para a configuração da área, tanto do ponto de vista de suas bases teóricas e conceituais quanto das conjunturas históricas e geográficas de seu estabelecimento”. Mas é só no decorrer do século XX que a Arquivologia se consolida como disciplina autônoma. MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. A evolução dos arquivos e do conhecimento em arquivologia. Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, vol. 5, n. 2, p. 19-28, 2012. p. 20-24.

<sup>44</sup> 35 THOMASSEM, 2006, p. 15.

Mediante a esses desdobramentos conceituais, em que pese cada um possui seu significado próprio e individual, cada qual dentro de sua multiplicidade, se complementam de uma maneira muito natural.

## **O OBJETO E A INTERVENÇÃO**

A presente intervenção foi realizada a partir do material já mencionado: o Livro do Tabelionato de Notas da Comarca da Villa de Passo Fundo (1873-1875). Este material encontra-se em salvaguarda no Arquivo Histórico Regional com consulta apenas em formato digitalizado, já que pelo tempo de sua guarda, encontra-se em estado delicado e por isso seu manuseio deve ser evitado.

O Livro é composto por 150 folhas - frente e verso -, ou seja, 300 páginas, trata-se de um documento arquivístico em suporte de papel, de valor secundário - ou seja, quando a guarda do documento é permanente e histórico - de espécie notariado e domínio público. Entre suas características físicas podemos perceber a assinatura “Miranda” em todas as folhas no canto superior direito, pequenas manchas mais escuras, sua escrita um pouco já apagada em algumas páginas, a caligrafia, por ser do século XIX, é muito diferente do que estamos habituados a ler, por isso, causa certa estranheza, mas com repetidas leituras acaba facilitando o entendimento, além disso muitos termos usados, gramática, ortografia, e outros aspectos da língua portuguesa que sofreram alterações com o passar dos anos merecem atenção para que não sejam confundidos. No conteúdo deste livro são encontradas escrituras públicas de compra e venda de propriedades, de escravos, algumas escrituras particulares, de hipoteca, entre outros.

A atuação dos tabelionatos - também chamados de cartórios - no Brasil fazem parte de ramificações portuguesas em virtude da colonização. Após a formação das Capitânicas Hereditárias, as elites locais tinham o poder de criar vilas e ofícios de justiça, para atuar nesse meio decretou-se que as atribuições aos funcionários seriam de cargos públicos e deveriam redigir quaisquer contratos da sociedade. Levando em consideração a aplicabilidade do Direito da ex-metrópole, para ser tabelião o indivíduo deveria ter algumas características tidas no século XIX como fundamentais para exercer o cargo, tais como: limpeza do sangue<sup>45</sup>, ter 25 anos ou

---

<sup>45</sup> Quer dizer que assumiria esses cargos aqueles que fossem da mesma família, por isso “limpeza do sangue”.

mais, cidadania do reino, ser casado, idôneo, homem, e além disso deveria ter uma postura honesta com desinteresse, generosidade, compassividade, guardar segredo de seus clientes<sup>46</sup>, entre outras questões. No período da produção do livro (1873-1874) o Juiz de Paz Municipal<sup>47</sup> era Francisco de Barros Miranda. Em geral, os registros eram assinados por duas testemunhas, o comprador, o vendedor, o escrivão Gervazio Lucas Annes, o Tabelião Martins Francisco do Amaral Monteiro. Em algumas escrituras aparecem procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, e podem ser encontradas algumas outras variações, como por exemplo, em determinados registros aparece o *collector*<sup>48</sup> Joaquim Antonio da Silveira.

A metodologia que foi aplicada para a elaboração do catálogo<sup>49</sup> é a Paleografia. De acordo com Ana Regina Berwagner e João Eurípedes Franklin Leal, a etimologia grega da palavra é: *paleos* = antiga + *graphein* = escrita, ou seja, Paleografia é o estudo da escrita antiga, datam seu nascimento no século XVII, mas a dividem em dois períodos: de formação, que em síntese, a Paleografia era bastante confundida com Diplomática<sup>50</sup> com forte vínculo religioso, tendo na figura do francês D. Jean Mabillon (1632-1707) considerado o pai da Diplomática moderna e da Paleografia, após a publicação de sua obra “*De re diplomatica libri VI*”, material esse que passa a interessar outros países. Novas perspectivas no campo paleográfico aparecem na Itália com Scipione Maffei (1675-1755) que desenvolve uma nova classificação sob as

<sup>46</sup> SILVA, Aryanne Faustina da. A instituição do Tabelionato na História e sua prática no Brasil antigo. XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, Natal, p. 01-11, 22 a 26 de julho, 2013. p. 06-07.

<sup>47</sup> Segundo a autora Kátia Sausen da Motta, a criação do cargo de Juiz de Paz se deu no pós independência, com a Constituição de 1824, com uma notável influência da Inglaterra. A proposta para esta criação se deu basicamente em torno de dois principais fatores: a ampliação da participação política dos cidadãos; e, descentralizar o poder judiciário. (2010, p.2); Sobre as funções atribuídas ao juiz de paz, Alexandra Coda destaca que a principal era a de conciliação, mas cabia a eles também julgar pequenas demandas com um valor máximo de réis já estipulado, fazer auto de corpo de delito, interrogar, prender, e ainda salienta que quem ocupava o cargo eram escolhidos pela população local, e por isso, eram mais alinhados com as questões das elites locais do que com aqueles do Rio de Janeiro. (2012, p. 25-26).

<sup>48</sup> Criadas em 1832, as Coletorias, em suma, eram responsáveis pelos procedimentos de cobrança de impostos. Em 1833 foram designadas uma para cada município sob a denominação de Coletorias das Rendas Gerais. Cabia aos coletores (no registro, lê-se Collector) fiscalizar e cobrar os impostos em geral, entre eles, taxa das heranças e legados, e o selo dos papéis. Eram nomeados pelas tesourarias das províncias. GABLER, Louise. Coletorias das Rendas Gerais. Arquivo Nacional, publicado em 16 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/284-coletorias-das-rendas-gerais>> acessado em 16 de junho de 2021.

<sup>49</sup> Entende-se por catálogo a seguinte definição do Dicionário de terminologia arquivística: instrumento de descrição documental que descreve, até ao nível do documento, a totalidade ou parte de um arquivo 1 ou de uma coleção 1. (1993. p. 19).

<sup>50</sup> Na segunda metade do século XX a Arquivologia, agora como uma Ciência irá redescobrir a Diplomática, portanto, para a Arquivologia, a Diplomática é uma extensão. Onde a “Diplomática cuida da gênese, dos elementos de forma e do status de transmissão do documento e a Arquivologia trata de classifica-lo, temporizá-lo, descrevê-lo e preservá-lo” RONDINELLI, Rosely Curi. Diplomática a arquivologia: trajetórias que se cruzam. In: **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisitação conceitual necessária. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013. p. 139

formas de maiúscula, minúscula e cursiva; já o segundo período é mencionado pelos autores como o período de afirmação que tem como marco cronológico a segunda metade do século XVIII, onde esses estudos passam a constituir cátedras universitárias. Na Itália surgem as Escolas Superiores de Paleografia, para fins do século e início do século XIX, a Paleografia latina afirma-se como ciência, novos materiais são descobertos e já no século XX a Paleografia passa a ser vista como uma técnica de fins pragmáticos e objetivos. Atualmente a Paleografia contribui para estudos da Diplomática, de Filologia<sup>51</sup> e História, além de outras áreas<sup>52</sup>. Ainda, segundo Santos e Magalhães, retomando Armando Petrucci, pode ser pautada em pelo menos seis perguntas: O quê? Quando? Onde? Como? Quem o realizou? Para que foi escrito esse texto?<sup>53</sup>.

Também foi aplicado fundamentos de vocabulário controlado que atua na organização de arquivos ao nomear, de maneira sólida, os pontos de acesso aos documentos e as informações contidas nos mesmos; identifica nos documentos categorias de informações que serão utilizadas na busca, ou seja, os pontos de acesso; trata-se de um recurso que possibilita organizar e recuperar documentos, e suas informações, gerando uma maior confiabilidade no sistema<sup>54</sup>. Um vocabulário controlado conta com algumas especificações coletivas sim, mas ao mesmo tempo trata-se de algo muito individual da instituição, realizado em procedimentos “micro” - leva em consideração seis aspectos: normalização gramatical; opções de grafia; alterações em nomes de pessoas ou topônimos; controle de, sinonímia, homonímia e quase sinonímia; adoção de termos compostos; e introdução de notas de escopo e de uso<sup>55</sup>- e “macro” - pode ser entendido como esquema temático global do vocabulário, apresentando as categorias mais amplas dos campos que serão abrangidos hierarquicamente<sup>56</sup>.

Após o estudo detalhado dos registros, iniciou-se a elaboração da descrição geral que vem como uma introdução ao catálogo. Os campos do catálogo foram previamente definidos

---

<sup>51</sup> A Filologia, segundo Erich Auerbach, em síntese, trata-se de um conjunto de atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte escritas. É uma ciência antiga e ocupa-se da linguagem de maneiras diversas, por exemplo, o termo Filologia tem um significado muito amplo, uma de suas formas mais antigas, a forma por assim dizer clássica é a edição crítica de textos. (1972, p.11). AUERBACH, Erich. Introdução aos estudos literários. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

<sup>52</sup> BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. Noções de paleografia e diplomática. 3.ed. Santa Maria: UFSM, 2008. p. 14-21.

<sup>53</sup> SANTOS, Augusto Fagundes da Silva; MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa. A importância da paleografia para o estudo das escrituras públicas: o exemplo de uma escritura de compra e venda de começos do século XIX. Fontes, Salvador, n.8, p. 55-63, 2018. p. 56.

<sup>54</sup> SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. (Projeto Como Fazer, vol. 10). p.12-14.

<sup>55</sup> SMIT; KOBASHI, 2003, p. 22.

<sup>56</sup> KOBASHI, Nair Yumiko. Vocabulário controlado: estrutura e utilização. ENAP, 2008. (Texto para ENAP – Versão 2: 03.12.2008. p. 02.

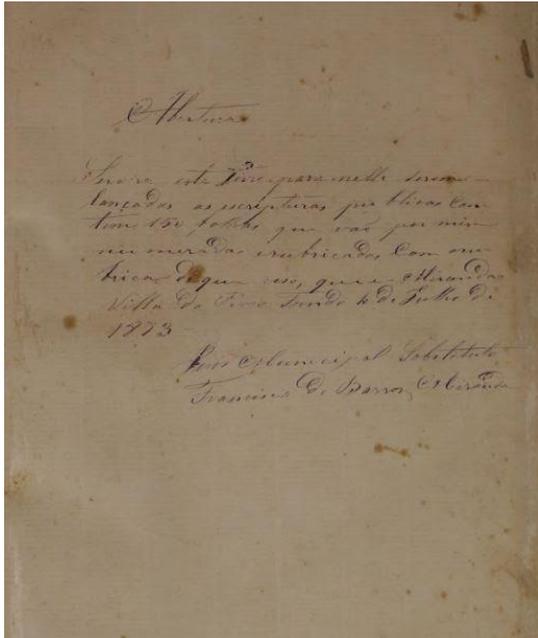
por: página, data, assunto, tipo de propriedade e descrição, comprador, vendedor, testemunhas, valor/réis e oficiais. Num segundo momento as definições passaram à seguinte configuração: página, data, descrição do conteúdo/valor, envolvidos: comprador/vendedor, testemunhas e oficiais, e por fim, uma nova configuração: tipo documental, descrição do conteúdo, testemunhas, data e número de folhas.

Cabe ressaltar alguns aspectos imprescindíveis, os oficiais de registro não constam no catálogo, pois são os mesmos do início ao fim do documento cartorial, sendo eles: como Tabelião Martim Francisco do Amaral Monteiro, como escrivão Gervazio Lucas Annes, Coletor Joaquim Antonio da Silveira e há uma pequena variação de procuradores, sendo os mais recorrentes Antonio Ferreira Prestes Guimarães e Jeronimo Fernandes de Oliveira. Ainda no catálogo consta uma atualização do vocabulário presente no documento, valendo-se da grafia do Tabelião apenas para os nomes dos envolvidos.

### **A Transcrição e a construção do Catálogo**

Para a construção do catálogo as atividades foram sendo desenvolvidas por etapas. Na primeira etapa se deu a exploração do material para conhecê-lo e compreender sua estrutura; após esse primeiro contato, houve a transcrição do documento; a criação de uma prévia do catálogo, que consistia na elaboração dos termos mais adequados para preencher os campos abrangentes até chegar ao resultado final; por fim, a última etapa foi a construção do vocabulário controlado. Nas imagens a seguir é possível ter um sucinto entendimento do processo.

**Figura 1:** Transcrição do documento.



Fonte: Arquivo Histórico Regional

#### Abertura

Servira este livro para nelle serem lançados as escripturas publicas com= tem 150 folhas que vao por mim numeradas e rubricadas Com a rubrica de que uso, que e - Miranda - Villa do Passo Fundo 10 de Julho de 1873-

Juiz Municipal Sobstituto  
Francisco de Barros Miranda

Fonte: Acervo da autora.

À esquerda podemos observar o manuscrito produzido no século XIX, nos anos de 1873-1875. Para transcrevê-lo a Paleografia se fez imprescindível, pois é o norte de uma transcrição com variadas normas e especificações, mas, aqui nos baseamos nas Normas para Transcrição Paleográfica de Textos Brasileiros<sup>57</sup>, vale a ressalva de que é preciso seguir exatamente a escrita do Tabelaio, sem fazer atualizações ou modificações da escrita original, abrangendo também alguns sinais presentes no documento, como por exemplo, em situações em que o Tabelaio precisava dividir palavras por hífen (-), usava o sinal =. À direita está a primeira folha transcrita, como o título da mesma nos revela: “Abertura”.

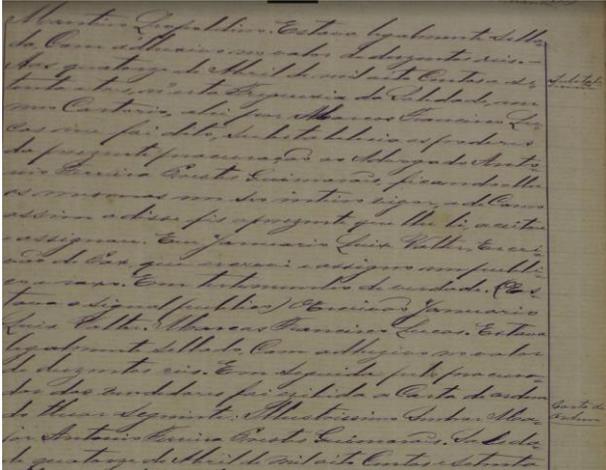
Para melhor descrever este processo, cabe ressaltar alguns feitos que irão impactar diretamente o leitor/pesquisador do documento. Toda palavra acrescentada ao texto se encontra sublinhada, por exemplo, quando não foi possível identificar uma palavra do manuscrito, a mesma foi substituída com a palavra ilegível, sublinhada entre colchetes, como se segue: [ilegível] – quando há dúvida na palavra, a mesma aparece também entre colchetes, mas sem o sublinhado e com um ponto de interrogação, desta maneira: [exemplo?] -; são também sublinhados os desdobramentos de palavras abreviadas, por exemplo, Tabelliam; já os sublinhados feitos pelo próprio tabelaio, há uma nota de rodapé informando se tratar de um sublinhado original; quando há um escrito na margem direita do manuscrito, o mesmo estará

<sup>57</sup> LEAL, João Eurípedes Gualandi Franklin. Normas para Transcrição Paleografia em Documentação Brasileira. *Arquivo e Administração*, v. 25, p. 19-38, 1990.

entre os sinais <>, e quando na margem esquerda, aparecerá em nota de rodapé, com os mesmos sinais já mencionados.

Apesar de ter as 150 folhas transcritas - que são frente e verso -, a Transcrição do documento ainda não se encontra em sua totalidade concluída, pois, há muitos detalhes que ainda precisam ser acrescentados, revisados e ajustados.

**Figura 2:** Exemplos concretos diretamente do documento, fl. 33:



Monteiro Leopoldino. Estava legalmente Sella= 1  
do, Com adhezivo no valor de duzentos reis. -  
Aos quatorze de Abril de mil oitoCentos e se= <[ilegível]>  
tenta e tres, n'esta Freguesia da Soledade, em  
meo Cartorio, ahi por Marcos Francisco Lu= 5  
Cas me foi dito, Substabelecia os poderes  
da prezente procuração ao Advogado Anto=  
nio Ferreira Prestes Guimarães, ficando=lhe  
os mesmo em seo inteiro vigor, e de Como 10  
assim o disse fis a prezente que lhe li, aceitou  
e assignou. Eu Januario Luiz [Valter?], Escri=  
vão de Paz, que escrevi e assigno em publi=  
Co e razo. Em testemunho de verdade. (Es=  
tava o Signal publico) O Escrivão Januario 15  
Luiz [Valter?]. Marcos Francisco Lucas. Estava  
legalmente Sellado, Com adhezivo no valor  
de duzentos reis. Em Seguida pelo procura=  
dor dos vendedores foi ezibida a Carta de ordem 18 <Carta de  
do theor Seguinte: Ilustrissimo Senhor Ma= 19 ordem?>  
jor Antonio Ferreira Prestes Guimarães. Soleda=  
de quatorze de Abril de mil oitoCentos e Setenta 20

Fonte: Arquivo Histórico Regional.

Fonte: Acervo da autora.

Observemos nas figuras, a margem da terceira linha do manuscrito e da transcrição, a palavra não identificada, mesmo que seja na margem, aparece entre colchetes sublinhado, e logo abaixo, na margem direita das linhas 18-19 a palavra “ordem” está com sublinhado original, descrito em nota de rodapé; além de ser possível observar nas linhas 11 e 15, as palavras que aparecem como dúvida.

**Figura 3:** Configuração inicial do Catálogo.

Página	Data	Assunto	Tipo de propriedade e descrição	Comprador	Vendedor	Testemunhas	Valor/ Reís	Oficiais
01 - 05v	10/07/1873	Escritura pública de venda e compra de um campo, matos, casa e mais benfeitorias	Propriedade rural localizada no Distrito de Soledade	José [Alves?] Leite	Maria [Jeronima?] de Camargo, viúva de Jeronimo Chaves de Camargo	Jeronimo Fernandes de Oliveira Manoel Verissimo do Nascimento	2.5668665	Tabelião: Martins Francisco do Amaral Monteiro Escrivão: Gervazio Lucas Annes Procurador: Antônio Ferreira Prestes Guimarães Coletor: Joaquim Antônio da Silveira

Fonte: Acervo da autora.

**Figura 4:** Segunda Configuração do Catálogo.

Página	Data	Descrição do conteúdo/ Valor	Envolvidos: Vendedor/ Comprador	Testemunhas	Oficiais
01 - 05v	10/07/1873	Escritura pública de venda e compra de um campo, matos, casa e mais benfeitorias Localizado: Distrito de Soledade Valor: 2.566\$665	Vendedora: Maria [Jeronima?] de Camargo, viúva de Jeronimo Chaves de Camargo Comprador: José [Alves?] Leite	Jerônimo Fernandes de Oliveira  Manoel Veríssimo do Nascimento	Tabelião: Martins Francisco do Amaral Monteiro Escrivão: Gervazio Lucas Annes Procurador: Antônio Ferreira Prestes Guimarães Collector: Joaquim Antônio da Silveira

Fonte: Acervo da autora.

**Figura 5:** Configuração atual do Catálogo.

Tipo documental	Descrição do conteúdo	Testemunhas	Data	Número da folha
Escritura pública de venda e compra	Maria Jeronima de Camargo, viúva de Jeronimo Chaves de Camargo, <b>vendendo</b> um campo, matos, casa e mais benfeitorias ao <b>comprador</b> José [Alves?] Leite, <b>localizado</b> no Distrito de Soledade; Valor: 2.566\$665	Jerônimo Fernandes de Oliveira Manoel Veríssimo do Nascimento	10/07/1873	01-05v

Fonte: Acervo da autora.

## A organização do Catálogo

Após o levantamento de dados do material em sua totalidade, o processo para preencher os itens pré-definidos anteriormente seguiram de acordo com o planejado, o Catálogo em sua versão final está disposto em anexos, ao final deste trabalho. Organizar o Catálogo implicou em algumas dúvidas, como por exemplo: a grafia, deveria seguir o padrão que consta no documento ou poderia ser atualizada? Seria de fato relevante o campo “oficiais”, quando os mesmos aparecem em todos os documentos do Livro?

A organização geral do material segue uma tabela com cinco campos, sendo essa relação feita pela ordem sequencial do número de folhas, que está colocada no último item da tabela, já que é um livro e o mesmo tem sua continuidade. Sobre o vocabulário controlado, como dito ainda no projeto usamos alguns fundamentos do mesmo. E na presente intervenção o mesmo se aplica a uma padronização do primeiro campo da tabela, que se trata dos “tipos documentais”. Por exemplo: as “cartas de liberdade” poderiam aparecer também como “alforrias”, e no catálogo o pesquisador irá encontrá-las como cartas de liberdade; outro exemplo são os documentos da espécie escrituras que possuem variações de tipos documentais, para seguir esses fundamentos de controle, todo o documento que trata-se de uma escritura poderá ser encontrado por uma busca com o termo “escritura”, onde aparecem as escrituras que constam

no catálogo mais o seu tipo documental, por exemplo: escritura de venda e compra ou escritura de reconhecimento paterno.

Seguindo a tabela, no segundo campo consta “descrição do conteúdo”, pensada para abranger os mais diferentes segmentos do manuscrito. Grifadas em negrito são as palavras chaves que resumem, no caso de escrituras de compra e venda quem compra, quem vende, a localização e o valor da referida venda, no caso de procurações encontramos a nomeação de procuradores, quem é o outorgante e quem é o procurador, além da finalidade da dita nomeação de forma sucinta. Em seguida podemos observar a relação das testemunhas que estão presentes nos documentos, sendo o terceiro campo, denominado “testemunhas”, vale ressaltar que nesse campo o pesquisador pode encontrar o termo “[assinatura]” isso quer dizer que não foi possível identificar o nome assinado da testemunha, e conforme os nomes vão sendo compreendidos há a possibilidade de atualização na tabela. Após este, seguem-se a data do documento e o número de folhas em que o mesmo se encontra, finalizando então o quarto e quinto campo da tabela, respectivamente.

Além dos aspectos técnicos do processo de construção tanto da transcrição quanto do catálogo, vejamos um breve apanhado biográfico de alguns nomes que aparecem em nosso material: Martim Francisco do Amaral Monteiro (1846-1887), o Tabelião, natural de Cruz Alta, foi “o primeiro oficial do Registro de Hipotecas de Passo Fundo”<sup>58</sup> cunhado de Gervazio Lucas Annes<sup>59</sup> (1853-1917), o Escrivão, também natural de Cruz Alta, chegou na cidade de Passo Fundo no começo da década de 1870, com uma ampla carreira política chegou a ser Intendente Municipal<sup>60</sup>; Gezerino Lucas Annes (1856-1912), de Cruz Alta, “foi negociante, tabelião e médico prático”<sup>61</sup>, nos documentos, Gezerino aparece recorrentemente como procurador ou testemunha, irmão de Gervazio e genro<sup>62</sup> de Antonio Ferreira Prestes Guimarães (1837-1911), foi, dentre muitas coisas, secretário da Câmara Municipal em 1864, há no livro um documento oficial da Câmara<sup>63</sup>, onde o mesmo assina, além de se ver muito frequentemente seu nome em meio a negócios, testemunha e como procurador; José Prestes Guimarães (1856-1919)<sup>64</sup>, filho

---

<sup>58</sup>MIRANDA, Fernando; ZANOTTO, Gizele (Orgs.). A morte não é o fim: culturas e identidades no Cemitério Vera Cruz, Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2018. p. 241.

<sup>59</sup> Martin era casado com a irmã de Gervazio Lucas Annes, Juvência Lucas Annes. MIRANDA; ZANOTTO, 2018, p.241.

<sup>60</sup> MIRANDA; ZANOTTO, 2018, p. 207.

<sup>61</sup> MIRANDA; ZANOTTO, 2018, p 210.

<sup>62</sup> Gezerino era casado com a filha de Antonio, Maria Prestes Guimarães, portanto, cunhado de José Prestes Guimarães. MIRANDA; ZANOTTO, 2018, p.42.

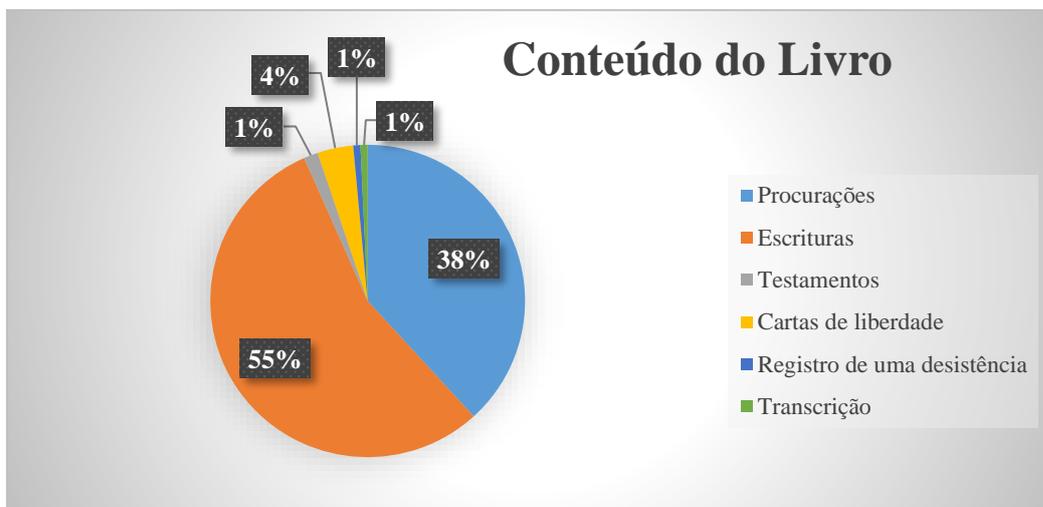
<sup>63</sup> MIRANDA; ZANOTTO, 2018, p. 176.

<sup>64</sup> MIRANDA; ZANOTTO, 2018, p. 230.

de Antônio Prestes, carregou o nome do avô, por isso, ao final de suas assinaturas, concluía com “Netto”, seu nome também se torna comum ao folhar o livro. É possível perceber a relação parental desta elite que ocupava os cargos públicos do município. Por fim, Guilherme Morsch (1842-1928), natural da Alemanha, tendo chegado a Passo Fundo em 1864, “Enquanto comerciante, Guilherme foi proprietário da Casa Morsch”<sup>65</sup>, outro nome recorrente como procurador e testemunha – durante a transcrição, com dificuldades de diferenciar as letras “a” e “o”, de Martin, acreditava se tratar de sobrenome “Marsch” que somente com esta obra foi possível transcrevê-lo de maneira correta.

Como já mencionado dados sobre o conteúdo do livro, abaixo temos um gráfico que solidifica essas informações, sendo no primeiro gráfico disposto todo o conteúdo fracionado em porcentagem onde podemos perceber que a maior parte deste conteúdo com 56% se trata de escrituras.

**Gráfico 1:**



E, o segundo gráfico, nos mostra quais tipos de escrituras estão presentes no livro, sendo a grande maioria com 74% as escrituras de venda e compra.

<sup>65</sup> MIRANDA; ZANOTTO, 2018, p. 213.

Gráfico 2:



## O RESULTADO

Através da observação dos aspectos mencionados, conclui-se que é imprescindível que continuemos estudando e preservando nossos patrimônios, seja ele da categoria que for. Com o passar do tempo e até mesmo no presente, são os patrimônios, a cultura e a história que nos integra. A realização da presente intervenção nos faz refletir sobre o cuidado com a vida do documento, em especial, o acondicionamento, higienização e todo o processo para sua melhor conservação. O contato direto com a Paleografia e com esse meio arquivístico revela um contexto que ainda é muito desvalorizado, e muitas vezes em situações extremas de precariedade, mas seguem fazendo o que podem para manter a História viva.

Assim como no século XIX o material em questão estava sendo produzido por aqueles indivíduos que compunham a sociedade passo-fundense da época e que hoje nos serve como uma rica fonte de pesquisa para compreender o início da História de Passo Fundo, quem estava circulando no meios sociais com mais presença, a escravidão e cartas de liberdade, quem eram esses proprietários e com quem se relacionavam; as propriedades de casas e campos em geral, como ocorriam esses negócios; as escrituras de reconhecimento paterno, algo que não pensávamos encontrar no Livro do Tabelionato, e encontramos, e nos remete a problemas que vivenciamos até hoje, seja direta ou indiretamente. E o mais impressionante é dar rostos aos nomes que tanto aparecem nas escrituras, e podemos fazê-lo, com a obra vinculada ao Arquivo

Histórico e ao Instituto Histórico, intitulada “A morte não é o fim: culturas e identidades no Cemitério Vera Cruz”, não encontramos todos os nomes, mas aqueles que se repetem constantemente estão lá, e o que mais eles têm a nos dizer? Hoje, produzimos tal quantidade de material que pode vir a ter o mesmo papel de estudo para o futuro, como já possui hoje.

Além disso, pudemos mensurar tamanha a importância da Paleografia, que nos permite imergir nos mais diversos contextos através da leitura desses manuscritos dos séculos passados, aliada à História se complementam muito naturalmente. Portanto, cabe a nós estudantes, professores, admiradores dessas ciências mantê-las em pleno desenvolvimento, nos arquivos e fora dele. Levemos esse outro lado da História para as escolas, para outras áreas do conhecimento. A construção deste Catálogo é apenas o começo de muitas produções futuras que podem vir a surgir através dele, ou ao menos estando à disposição dos mais diversos pesquisadores que passam pelo Arquivo Histórico Regional (AHR), que possam utilizá-lo e que seja de fato uma contribuição relevante para esse meio. Ressalto que a transcrição ainda não se encontra finalizada como deve ser, mas pretendo dar continuidade ao projeto até que esteja pronta para ser disponibilizada para consulta ao público do AHR. Cabe salientar que a viabilidade de execução desse projeto se deu em virtude da organização dos acervos do AHR, e do bom recebimento da proposta pela coordenação e equipe do local.

## ANEXO

Cópia do Catálogo.<sup>66</sup>

Tipo documental	Descrição do conteúdo	Testemunhas	Data	Número da folha
Escritura pública de venda e compra	Maria Jeronima de Camargo,viúva de Jeronimo Chaves de Camargo, <b>vendendo</b> um campo, matos, casa e mais benfeitorias ao <b>comprador</b> José [Alves?] Leite, <b>localizado</b> no Distrito de Soledade; <b>Valor:</b> 2.566\$665	Jeronimo Fernandes de Oliveira Manoel Veríssimo do Nascimento	10/07/1873	01-05v
Escritura pública de venda	Manoel Joaquim [Cidade] e Silvana Maria de Jezus <b>vendendo</b> uma posse de terras de cultura e benfeitorias, <b>localizada</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> Bento Manoel Correa; <b>Valor:</b> 400\$000	João B. de Albuquerque e Silva Julio Cullman	25/08/1873	05v-07
Escritura pública de venda e compra	Diogo José de [Oliveira] e Dona Joanna [Pereira] <b>vendendo</b> uma posse de terras de cultura, <b>localizada</b> no primeiro Distrito, ao <b>comprador</b> Doutor João [Severiano] Martins da Cunha; <b>Valor:</b> 500\$000	Manoel Moniz Simões Pereira José Francisco Guedes	27/08/1873	07-08
Escritura pública de venda e compra	João da Silva Rocha <b>vendendo</b> uma escrava de nome [Severina?], crioula, cor parda, de dezenove anos de idade ao <b>comprador</b> Ildefonço José de Oliveira; <b>Valor:</b> 1.000\$000	Antonio José Mathias Verissimo Gonsalves da Silva	23/09/1873	08-09v
Escritura pública de hipoteca	Capitão João Floriano de Quadros e sua mulher Dona Clementina de Quadros <b>hipotecam</b> um campo, <b>localizado</b> quarto Distrito, ao <b>credor</b> fg; <b>Valor:</b> 3.000\$000	Jeronimo Fernandes de Oliveira Verissimo Gonsalves da Silva	29/09/1873	09v-11
Escritura pública de venda e compra	Porfirio de Almeida Rocha <b>vendendo</b> um escravo de nome Luiz ao <b>comprador</b> Fidencio Pereira Borges ; <b>Valor:</b> 1.184\$000	Jeronimo Fernandes de Oliveira Jozé Joaquim da Costa	01/10/1873	11v-12v

<sup>66</sup> O arquivo oficial se encontra salvo em formato PDF diretamente da plataforma Excel, onde foi construído e segue com as formatações e espaçamentos corretos.

Escritura particular	João de Quadros e Silva <b>vendendo</b> uma posse de terras de cultura, <b>localizada</b> quarto Distrito ao <b>comprador</b> Francisco Jozé Cardozo; <b>Valor:</b> 100\$000	Candido Teixeira Tavares Luiz Rodrigues Pereira	20/10/1873	12v-14v
Escritura pública de compra e venda	[Gutiliano?] Nunes de Goes e sua mulher Maria [Libanea?] da Roza <b>vendendo</b> um rincão de campo, casa, matos e mais benfeitorias, <b>localizado</b> no quarto Distrito ao <b>comprador</b> Bento Jozé Labrede; <b>Valor:</b> 900\$000	Jeronimo Fernandes de Oliveira Bento Luciano da Silva [Candino?]	23/10/1873	14v-15v
Escritura pública de compra e venda	Donna Virginia Izabel de Albuquerque Barboza <b>vendendo</b> um casal de escravos de nomes Roberto e Maria ao <b>comprador</b> Jozé Manoel Braga; <b>Valor:</b> 1.600\$00	Theodoro [ilegível] da Cruz Jozé Francisco da Silva [Boeira?]	25/10/1873	16-16v
Escritura pública de venda e compra	Maria Roza de Jezus <b>vendendo</b> uma posse de terras de cultura, <b>localizada</b> no quarto Distrito ao <b>comprador</b> Saturnino Neckel; <b>Valor:</b> 400\$000	[Pantalão?] Ferreira Prestes Francisco Prestes	03/11/1873	17-17v
Escritura pública de venda e compra	Pedro [Zimmerman?] e sua mulher Donna Izabel [Zimmerman?] <b>vendendo</b> uma chácara com casa de moradia e terrenos correspondentes, <b>localizado</b> ao Norte da Villa ao <b>comprador</b> Frederico Graeff e Antonio Graeff; <b>Valor:</b> 1.500\$000	Leandro de Oliveira [Missel?] João Paulo da Silveira	11/11/1873	18-19
Escritura particular	Maria Izabel dos Santos <b>vendendo</b> um terreno, <b>localizado</b> na Villa do Passo Fundo ao <b>comprador</b> Ramon Rico; <b>Valor:</b> 40\$000		18/11/1873	19-20
Escritura pública de venda e compra	Manoel Ignacio de Barcellos <b>vendendo</b> um escravo crioulo de nome João ao <b>comprador</b> Jozé Crispim de Macedo; <b>Valor:</b> 1:000\$000	Jeronimo Fernandes de Oliveira Leoncio Armando Osana Rico	24/12/1873	20-22
Escritura pública de venda e compra	Lino Pacheco de Quadros <b>vendendo</b> uma casa com terrenos, <b>localizada</b> na rua do Commercio ao <b>comprador</b> João Miller; <b>Valor:</b> 1:000\$000	Joaquim Gonsalves Gomide Antonio Ferreira Prestes Guimarães	27/12/1873	22-23
Escritura pública de venda e compra	Coronel Francisco Ignacio Ferreira e sua mulher Dona Maria Eufraziana Ferreira <b>vendendo</b> uma casa com terrenos, <b>localizado</b> na rua do Commercio ao <b>comprador</b> João Miller ;	Joaquim Gonsalves Gomide Antonio Ferreira Prestes Guimarães	27/12/1873	23-25

	<b>Valor: 800\$000</b>			
Carta de liberdade	Antonio Ferreira Prestes Guimarães, proprietário, <b>concedendo</b> liberdade ao escravo de nome Joaquim [Carioca?]		29/12/1873	25-25
Testamento	Joaquim Manoel de Oliveira Fazenda <b>declarando</b> como testamenteiros em respectiva ordem o Major Cezario Antonio Lopes; Antonio Ferreira Prestes Guimarães; Jeronimo Fernandes de Oliveira	Ubaldo Theodorico de Pinho Bento Luciano da Silva Cordeiro Jeronimo Fernandes de Oliveira Jozé Joaquim da Costa Antonio Ferreira Prestes Guimarães	31/12/1873	25v-26v
<b>ANO DE 1874</b>				
Escritura pública de doação	Athanagildo Rodrigues da Silva <b>doando</b> a Jeronimo, seu neto uma parte de uma casa, <b>localizada</b> no Distrito da Restinga; <b>Valor: 500\$000</b>	Antonio Ferreira Prestes Guimarães Anastacio Jozé Bernardes	08/01/1874	27-27v
Escritura pública de venda e compra	Quirino Fagundes de Borba e sua mulher Cezarina Baptista de Borba <b>vendendo</b> um rincão de campo, <b>localizado</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> Amancio de Oliveira Cardozo; <b>Valor: 1:800\$000</b>	[ilegível] Rodrigues da Silva Policarpo Ferreira da Silva	12/01/1874	28-29
Carta de liberdade	Joaquim Ferreira da Silveira proprietário, <b>concedendo</b> liberdade ao escravo de nome Narcizio	Ubaldo Theodorico de Pinho João de Freitas Noronha Filho	17/01/1874	29v-29v
Carta de liberdade	Francisco Xavier da Costa, proprietário, <b>concedendo</b> liberdade ao escravo de nome Caetano	Jeronimo Fernandes de Oliveira	17/01/1874	29v-30
Escritura pública de venda e compra	Thomaz Pinto de Moraes <b>vendendo</b> um escravo de nome Fidencio ao <b>comprador</b> Antonio Pinto de Moraes; <b>Valor: 800\$000</b>	Jeronimo Fernandes de Oliveira Gervazio Lucas Annes	19/01/1874	30-31
Escritura pública de venda e compra	Marcos Francisco Lucas e sua mulher Dona Joaquina Ferreira Leites <b>vendendo</b> uma parte de Campo, <b>localizado</b> no sexto Distrito ao <b>comprador</b> Tenente Coronel Francisco Nicoláo Falkemback; <b>Valor: 3:500\$000</b>	Bento Porto da Fontoura Capitão Joaquim Gonsalves Gomide	22/01/1874	31-33v
Carta de liberdade	Jozé Marques, proprietário, <b>concedendo</b> liberdade a uma escrava crioula de nome [Ephigenia?]	João Severiano Martins da Cunha Antonio Ferreira Prestes Guimarães	28/01/1874	33v-34

Escritura pública de venda e compra	Dona Maria Florentina Ignacia de Jezuz Marques <b>vendendo</b> uma casa com terrenos correspondentes, <b>localizada</b> na rua do Commercio desta Villa ao <b>comprador</b> Lucas Jozé de Araujo; <b>Valor:</b> 2:400\$000	Capitão Joaquim Gonsalves Gomide Domingos Pereira Gomes	28/01/1874	34-35v
Escritura pública de venda e compra	Dona Florinda Maria de Jezus <b>vendendo</b> uma escrava crioula de nome Benedicta ao <b>comprador</b> Augusto [Doring?]; <b>Valor:</b> 1:400\$000	João Teixeira [Procopio?] Lucas Jozé de Araujo	03/02/1874	35v-37v
Escritura pública de venda e compra	Jozé Francisco de Oliveira e sua mulher Maria [Filumina?] Xavier <b>vendendo</b> de uma casa com terrenos, <b>localizada</b> na rua do Commercio desta Villa ao <b>comprador</b> Joaquim Dias Medeiros; <b>Valor:</b> 1:600\$000	Joaquim Gonsalves Gomide Bento Porto da Fontoura	04/02/1874	37v-39v
Escritura pública de venda e compra	Joaquim Dias Medeiros e sua mulher Clementina dos Santos de Oliveira Medeiros <b>vendendo</b> a uma casa com terrenos, <b>localizada</b> na rua do Commercio desta Villa ao <b>comprador</b> Tenente Coronel Francisco de Barros Miranda; <b>Valor:</b> 2:000\$000	Joaquim Gonsalves Gomide Bento Porto da Fontoura	12/02/1874	39v-41
Escritura pública de venda e compra	Elias Jozé de Oliveira Diniz <b>vendendo</b> um escravo crioulo de nome Alexandro ao <b>comprador</b> Antonio Ribeiro de Santana Vargas; <b>Valor:</b> 600\$000	Bento Porto da Fontoura Gervazio Lucas Annes	17/02/1874	41-42
Escritura pública de venda e compra	Joaquim Manoel de Almeida e sua mulher Joaquina Maria da Luz <b>vendendo</b> um pedaço de campo, com casa de moradia e mais benfeitorias, <b>localizado</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> Jozé Roberto Vieira; <b>Valor:</b> 200\$000	Jeronimo Fernandes de Oliveira Bento Luciano da Silva Cordeiro	07/03/1874	42-43
Escritura pública de venda e compra	Antonio Jozé de Almeida [Tetto?] e sua mulher Belmira Maria de Oliveira <b>vendendo</b> um campo, <b>localizado</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> Fidencio Jozé de Oliveira; <b>Valor:</b> 8:000\$000	Leopoldino Jacob Miller Joaquim Gonsalves Gomide	11/03/1874	43v-45v
Escritura pública de venda e compra	Miguel Gonsalves de Araujo e sua mulher Anna Candida de Rezende <b>vendendo</b> uma parte de campo, <b>localizado</b> no quarto Distrito ao <b>comprador</b> Silvestre Mendes dos Santos; <b>Valor:</b> 500\$000	Gezerino Lucas Annes Jeronimo Fernandes de Oliveira	14/03/1874	45v-46v

Testamento	Dona Anna Brandina Portella <b>declarando</b> como testamenteiros Lino Pacheco de Quadros e seu irmão [Cerijno?] Jozé Gomes	Bento Porto da Fontoura Francisco Theodoro Lemos de [ilegível] Jeronimo Fernandes de Oliveira Jozé Claro de Oliveira Bento Luciano da Silva Cordeiro	17/03/1874	47-48
Escritura pública de dívida e hipoteca	Ubaldo Theodorico de Pinho e sua mulher Dona Maria Leoniza de [Loiola?] Pinho <b>hipotecando</b> uma casa com terrenos ao <b>credor</b> Ramão Rico; <b>Valor:</b> 1:450\$670	Jeronimo Fernandes de Oliveira Gezerino Lucas Annes	02/04/1874	48-50
Escritura pública de venda e compra	Anna Joaquina Bueno <b>vendendo</b> uma casa com terrenos, <b>localizada</b> na rua do Commercio desta Villa ao <b>comprador</b> Jeronimo Savinhon Marques; <b>Valor:</b> 770\$000	João Ferreira Carpes Joaquim Antonio da Silveira	13/04/1874	51-52v
Escritura pública de venda e compra	Manoel Francisco de Oliveira Jugica <b>vendendo</b> um rincão de campo, <b>localizado</b> quarto Distrito ao <b>comprador</b> David Francisco de Oliveira; <b>Valor:</b> 500\$000	Antonio Pereira de Quadros Doutor Beneticto Marques da Silva Acauã	11/05/1874	53v-54v
Escritura pública de venda e compra	Francisco de Barros Miranda e sua mulher Maria Prudencia de Souza <b>vendendo</b> uma casa com terrenos, <b>localizada</b> na rua do Commercio desta Villa ao <b>comprador</b> Joaquim Gabriel de Oliveira Lima; <b>Valor:</b> 1:500\$000	Bento Porto da Fontoura Joaquim Fernandes de Oliveira	30/05/1874	54v-56
Escritura pública de venda e compra	Maria da Conceição <b>vendendo</b> um escravo crioulo de nome Pedro a <b>compradora</b> Dona Felisbina Rodrigues da Silva; <b>Valor:</b> 1:200\$000	Jeronimo Fernandes de Oliveira Gezerino Lucas Annes	06/06/1874	56-57
Escritura pública de doação	Antonio de Mascarenhas Camello Junior <b>doando</b> uma escrava a Porfíria; <b>Valor:</b> 800\$000		09/06/1874	57v
Escritura pública de transação, transmissão de direito hereditário, quitação e desistência	Alexandre Pedro Ribeiro, inventariante dos bens deixados por Manoel de Oliveira Macinho e Maria Lucia Macinho, <b>indenizando</b> os herdeiros Candido de Oliveira Macinho, Francisco de Oliveira Macinho, Domingos Antonio Coelho e Appolinario Gonsalves da Silva	Jozé Prestes Guimarães Netto Felippe Paz de Souza Brazil	16/06/1874	57v-60
Escritura pública de venda e compra	Filiciano Jozé de Lima <b>vendendo</b> uma posse de terras de cultura, <b>localizada</b> no quarto Distrito ao <b>comprador</b> Bento Jozé de Almeida; <b>Valor:</b> 400\$000	Jozé Prestes Guimarães Netto Francisco Theodoro Lemes	27/06/1874	60-62

Escritura pública de venda e compra	Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã e sua mulher Dona Luiza Emilia de Araujo Acauã <b>vendendo</b> uma casa com terrenos, <b>localizada</b> na rua do Commercio a Câmara Municipal; <b>Valor:</b> 16:000\$000	Jozé Joaquim da Costa Luiz [Masch?]	01/07/1874	62-63
Escritura pública de venda e compra	Dona Bernardina Gomes de Salles <b>vendendo</b> uma casa com terrenos, <b>localizada</b> na rua do Commercio ao <b>comprador</b> Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã Filho; <b>Valor:</b> 2:100\$000	Ramão Rico Antonio Ferreira Prestes Guimarães	01/07/1874	63-64v
Escritura pública de venda e compra	Joanna Baptista Martins <b>vendendo</b> a metade de uma posse de terras de cultura, <b>localizada</b> no quarto Distrito ao <b>comprador</b> Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã; <b>Valor:</b> 600\$000	Gezerino Lucas Annes Jozé Prestes Guimarães Netto	04/07/1874	65-66v
Escritura pública de venda e compra	Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã <b>vendendo</b> uma metade de uma posse de terras de cultura, <b>localizada</b> no quarto Distrito ao <b>comprador</b> Vicente Ferreira Martins; <b>Valor:</b> 800\$000	Gezerino Lucas Annes Jozé Prestes Guimarães Netto	04/07/1874	66v-68
Carta de liberdade	João de Freitas Noronha, proprietário, <b>concedendo</b> liberdade a uma escrava de nome Felipa		10/07/1874	68
Escritura pública de venda e compra	Jozé Bento de Moraes <b>vendendo</b> um escravo de nome Francisco a <b>compradora</b> Dona Mariana Xavier Teixeira; <b>Valor:</b> 500\$000	Bento Porto da Fontoura Guilherme Morsch	18/07/1874	68v-69v
Escritura pública de venda e compra	Fidelles Nepomaceno Prates <b>vendendo</b> um escravo, crioulo de nome [Estulano?] ao <b>comprador</b> Jozé Ribeiro de Sampaio; <b>Valor:</b> 1:400\$000	Gezerino Lucas Annes Jeronimo Fernandes de Oliveira	25/07/1874	69v-71
Escritura pública de venda e compra	João Pedro dos Santos e sua mulher Ignacia Maria de Brito <b>vendendo</b> um pequeno campo, faxinais e posse de terras de cultura, <b>localizado</b> no sétimo Distrito ao <b>comprador</b> Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã; <b>Valor:</b> 1:600\$000	Bento Porto da Fontoura Joaquim Gonsalves Gomide	25/07/1874	71-73
Escritura pública de venda e compra	Oliveira Jozé Manoel <b>vendendo</b> uma posse de terras de cultura, <b>localizada</b> no sétimo Distrito ao <b>comprador</b> Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã; <b>Valor:</b> 1:000\$000	Bento Porto da Fontoura Joaquim Gonsalves Gomide	25/07/1874	73-74v

Escritura pública de venda e compra	Jozé Francisco Guedes <b>vendendo</b> uma chácara, uma posse de terras lavradas, uma parte de casa, dinheiro em cofre e dívidas, <b>localizada</b> no quinto Distrito ao <b>comprador</b> Cicero Melquiades de Figueiredo; <b>Valor:</b> 1:500\$000	Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã Jeronimo Fernandes de Oliveira	05/08/1874	74v-77
Escritura pública de venda e compra	Rodrigo Martins de Quadros e sua mulher Adelaide Constante de Quadros <b>vendendo</b> uma posse de terras de cultura, <b>localizada</b> no quarto Distrito ao <b>comprador</b> Gustavo Adolfo Virmond; <b>Valor:</b> 400\$000	Eustachio Jozé de Mattos Luiz Marsch	11/08/1874	77-78
Transcrição	O Tabelião <b>transcrevendo</b> uma cópia autêntica da Ata de apuração de votos para membros à Assembleia Legislativa Provincial	Francisco de Barros Miranda - Presidente Antonio Ferreira Prestes Guimarães - 1º Secretario. Vicente Ferreira Martins - Idem. Alberto Marques de Almeida - Escrutador. Lucio da Silva Portella - Idem	23/08/1874	78v-79v
Escritura pública de venda e compra	Doutor João Severiano Martins da Cunha e sua mulher Dona Felicidade Maria Vieira Martins <b>vendendo</b> uma posse de terras de cultura, <b>localizada</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> Bento Porto da Fontoura; <b>Valor:</b> 500\$000	Jeronimo Fernandes de Oliveira Gezerino Lucas Annes	24/08/1874	79v-81
Escritura pública de venda e compra	Bento Porto da Fontoura e sua mulher Dona Vergilia Prestes da Fontoura <b>vendendo</b> uma posse de terras de cultura e campo, <b>localizada</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> Joaquim Antonio da Silveira; <b>Valor:</b> 3:000\$000	João Ferreira Carpes Jeronimo Fernandes de Oliveira	24/08/1874	81-82
Escritura pública de venda e compra	Alexandre Pedro Ribeiro <b>vendendo</b> uma escrava crioula, de nome [Escolastica?] ao <b>comprador</b> Frederico Guilherme Kunz <b>Valor:</b> 700\$000	Joaquim Antonio da Silveira Jeronimo Fernandes de Oliveira	25/08/1874	82-83v
Escritura pública de venda e compra	Joaquim Antonio dos Santos e sua mulher Dona Maria Leolpodina dos Santos <b>vendendo</b> a <b>compradora</b> Celedonia Guimenes umacasa com terreno, <b>localizada</b> na rua do Commercio; <b>Valor:</b> 250\$000	Pedro João Issler Jorge Schell	12/09/1874	83v-85

Escritura pública de venda e compra	João Jozé da Silva e sua mulher Maria da Luz Carneiro <b>vendendo</b> uma posse de terras de cultura, <b>localizada</b> no quarto Distrito ao <b>comprador</b> João Schell; <b>Valor:</b> 300\$000	Manoel Claro da Silva Elias de Souza Küster	01/10/1874	85-86
Escritura pública de venda e compra	Francisco Xavier da Castro <b>vendendo</b> uma parte de posse de terras lavradas. <b>localizada</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> Jezuino Tavares de Andrade; <b>Valor:</b> 200\$000	Gezerino Lucas Annes Alfredo Salles de Mello e Albuquerque	13/10/1874	87-88
Escritura pública de venda e compra	Pacifico Telles de Souza e sua mulher Maria Ribeiro do Nascimento <b>vendendo</b> um campo, <b>localizado</b> no Distrito da Lagoa Vermelha ao <b>comprador</b> Francisco de Almeida Campos; <b>Valor:</b> 800\$000	Jozé Prestes Guimarães Netto Alfredo Salles de Mello e Albuquerque	16/10/1874	88-89
Escritura pública de venda e compra	Athanazio Baptista do Nascimento e sua mulher Dona Eufrazia Francisca de Borba <b>vendendo</b> um campo, <b>localizado</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> Pacifico Telles de Souza; <b>Valor:</b> 614\$000	Gezerino Lucas Annes Alfredo Salles de Mello e Albuquerque	16/10/1874	89-90v
Procuração	Elias Jozé de Oliveira, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador o Doutor João Severiano Martins da Cunha, com especialidade para assistir a uma justificação, perante o Juizo-Municipal desta villa, contra Athanazio Jozé de Oliveira e sua mulher	Alfredo Salles de Mello e Albuquerque Jeronimo Fernandes de Oliveira	20/10/1874	90v-91
Procuração	Capitão Antonio Camillo Ruas, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, para o fim de prestar contas da tutela que ele outorgante exerce sobre as herdeiras da finada Dona Belmira de Oliveira Maia e de Dona Francisca Clara de Oliveira	Benedicto Marques da Silva Acauã Lourenço [Maximo?] de Barros	23/10/1874	91-91v
Procuração	Dona Luciana da Fontoura Nunes, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, a fim de representar ela em todos os termos e atos do inventário e partilha dos bens deixados por seu finado marido Mariano Jozé Nunes	Joze Prestes Guimarães Netto Vicente Baptista Rodrigues	23/10/1874	91v-92

Procuração	João da Rocha Soares, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, a fim de requerer o que for contra André Ferriera França, para efeito de o compelir a cumprir um contrato sobre venda de pedras Ágatas	Antonio de Freitas [ilegível] Antonio Joze [ilegível]	27/10/1874	92v-93
Procuração	Maria Candida da Silva, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, a fim de representá-la em justificação que quer proceder no Juizo de Orfãos, para assinar a tutoria do seu filho Ananias	Joze Prestes Guimarães Netto [assinatura]	27/10/1874	93-94
Procuração	Antonio Joaquim de Oliveira, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Ubaldo Theodorico de Pinho, a quem dá os necessarios poderes para representá-lo como inventariante dos bens deixados por falecimento de sua mulher Dona Anna Borges de Oliveira	Luiz Gomes de Oliveira Cunha Feliciano Francisco de [Albuquerque?] e Araujo	29/10/1874	94-94v
Procuração	João Gomes Vidal, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Ubaldo Theodorico de Pinho, com poderes para produzir no Juizo Municipal uma justificação, na qual ele, por cabeça de sua mulher Dona Maria Amelia de Freitas Noronha é justificante	Francisco Antunes da Cunha João Pacheco [Sobaza?]	31/10/1874	94v-95
Procuração	Capitão Jozé Alexandre de Brito, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, para o fim de cobrar um documento de divida capital de 446\$400 reis	João Pacheco [Sobaza?] Antonio Joze [ilegível]	31/10/1874	95-95v
Procuração	Eduardo Joaquim Borges, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador o Doutor Albino Pinheiro de Siqueira, com especialidade para requerer a inscrição hipotecaria que ele tem a fazer, na qualidade de tutor de seus netos João e Etelvina	Antonio Ferreira Prestes Guimarães Francisco Antunes da Cunha	03/11/1874	95v-96
Procuração	Albino Jozé da Roza Loureiro, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, para representar ele em todos os termos e atos do inventário e partilha, por falecimento de sua sogra Anna Borges de Oliveira	Gezerino Lucas Annes Francisco Antonio da Cunha	06/11/1874	96-96v

Procuração	Jozé Gomes da Rocha, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Ubaldo Theodorico de Pinho, a quem dá especiais poderes para assistir ao processo que pelo Juizo Municipal se instaura, pela morte de Maria Domingues	Francisco Antunes da Cunha [assinatura]	06/11/1874	96v-97
Procuração	Ignacio Ferreira dos Santos e sua mulher Maria Roza, outorgantes, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, a quem dão todos os poderes em direito necessarios para garantir com a hipoteca de uma posse de terras de cultura de sua propriedade, medida e demarcada	Gezerino Lucas Annes [assinatura]	09/11/1874	97-98
Procuração	André Ferreira França, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Ubaldo Theodorico de Pinho, para refutar uns embargos opostos por João da Rocha Soares - contra ele em relação a umas pedras Ágatas	Francisco Antunes da Cunha. Serafin dos Santos Vaz	10/11/1874	98-98v
Procuração	Mariano Gomes de Oliveira, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador o Doutor Albino Pinheiro de Siqueira, a fim de requerer a inscrição hipotecaria a que o outorgante tem a fazer como tutor de seu neto Bonefacio Jacintto Borges	Antonio Joze Mathias Adriano Joze Mattos	11/11/1874	98v-99
Procuração	Felippe Garcia da Roza, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferriera Prestes Guimarães, para o fim de representar ele nos inventarios e partilhas dos bens deixados por falecimento de seu pai Alexandre Garcia da Roza e de sua mãe Anna Joaquina da Conceição	Antonio Joze Mathias Bento Porto da Fontoura	12/11/1874	99-99v
Procuração	Gregoria Gomes de Oliveira, outorgante, <b>nomeando</b> como seus procuradores Antonio Ferreira Prestes Guimarães e Antonio Rodrigues Baptista, para o fim especial de representarem ela no inventário e partilha dos bens deixados por falecimento de seu marido Belizario Jacintho Borges	Benedicto Marques da Silva Acauã Gezerino Lucas Annes	12/11/1874	99v-100
Escritura pública de venda e compra	Thomaz Rodrigues Gonsalves <b>vendendo</b> duas posses de terras de cultura, <b>localizada</b> no sexto Distrito ao <b>comprador</b> Honorio Baptista da Silva; <b>Valor:</b> 500\$000	Gezerino Lucas Annes Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã	13/11/1874	100-101

Procuração	Zeferino dos Santos e Silva, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador o Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã, com especialidade para por ele produzir uma justificação no Juízo de Orfãos, além de provar que a herança de Fortunato Joaquim de Oliveira lhe é devedora da quantia de 505\$113 réis	Antonio Galvão da Silveria Filho Antonio Jose Monteiro	13/11/1874	101-101v
Escritura de divida e hipoteca	Ignacio Ferreira dos Santos e sua mulher Maria Roza, <b>hipotecando</b> , uma posse de terras de cultura, medida e demarcada, <b>localizada</b> no quinto Distrito, no lugar denominado Quilombo ao <b>credor</b> Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã; <b>Valor:</b> 1:709\$000	Francisco Antunes da Cunha Bento Porto da Fontoura	13/11/1874	101v-103v
Procuração	Dona Luciana da Fontoura Nunes, outorgante, <b>nomendo</b> como seu procurador Francisco Antunes da Cunha, com especialidade para assinar escritura publica de venda do escravo Maximião;	[assinatura] Antonio Galvão da Silveira Filho	14/11/1874	103v-104
Procuração	Dona Luciana da Fontoura Nunes, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Francisco Antunes da Cunha, com especialidade para receber os bens depositados judicialmente por morte de seu marido Marião Jozé Nunes	[assinatura] Antonio Galvão da Silveira Filho	14/11/1874	104-104v
Procuração	Constantino de Araujo Ortiz, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreiro Prestes Guimarães, a fim de cobrar da herança, e sucessores do finado Fortunato Joaquim de Oliveira	Francisco Antunes da Cunha [assinatura]	16/11/1874	104v-105
Procuração	Dona Anna Benedicta Ferreira, Elias Jozé de Oliveira e sua mulher, Jozé Antonio de Oliveira Netto e sua mulher e Antonio de Paula Mattos e sua mulher, outorgantes, <b>nomeando</b> como seus procuradores o Doutor Thimoteo Pereira da Roza e Felippo Benicio de Freitas Noronha, com especialidade para representarem eles perante o Egregio Tribiunal da Relação do Distrito na causa Cível de reivindicação á respeito de uma fazenda de criar, localizada no segundo Distrito	Francisco Prestes Francisco Theodoro	24/11/1874	105-106

Escritura pública de venda e compra	Federico Shultes e sua mulher dona Francisca Pereira de Mello, <b>vendendo</b> uma casa com terrenos, <b>localizada</b> na rua do Commercio ao <b>comprador</b> Bento Porto da Silveira; <b>Valor:</b> 500\$000	Jorge Maister Joaquim Gonsalves Gomide	24/11/1874	106-107
Escritura pública de venda e compra	Antonio Jozé de Almeida Tetto e sua mulher Belmira Maria de Oliveira, <b>vendendo</b> uma chácara, com potreiro, <b>localizada</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> Frederico Schultes; <b>Valor:</b> 500\$000	Joaquim Gonsalves Gomide Jeronimo Rodrigues Missel	26/11/1874	107-108
Procuração	Jozé Fernandes de Oliveira, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Ubaldo Theodorico de Pinho, a quem dá espeiais poderes para requerer a tutela dos menores Manoel, Antonio, Porfiria e João, filhos de Theodoro Fernandes de Oliveira, irmão dele outorgante	Joze Prestes Guimaraes Netto Joaquim Antunes do Nascimento Pinho	28/11/1874	108- 108v
Escritura pública de venda e compra	Felippe da Fonseca Castro <b>vendendo</b> um escravo crioulo de nome Manoel ao <b>comprador</b> Bento Baptista Orci; <b>Valor:</b> 700\$000	Jeronimo Fernandes de Oliveira Antonio Ferreira Prestes Guimarães	28/11/1874	108v- 110v
Escritura pública de venda e compra	Antonio Rodrigues Baptista <b>vendendo</b> uma escrava crioula de nome Theodora ao <b>comprador</b> Bento Baptista Orfsi; <b>Valor:</b> 1:000\$000	Jozé Pinto de Moraes Gezerino Lucas Annes	28/11/1874	110v- 112
Procuração	Diogo Jozé de Oliveira, outorgante, <b>nomeando</b> como seus procuradores Antonio Jozé Pinto, Hemeterio Jozé Vellozo da Silva e Manoel Marques dos Santos Terres para o fim de representarem ele na causa Cível que subiu deste fôro por apelação ao Tribunal da Relação de Distrito	Jeronimo Fernandes de Oliveira Gezerino Lucas Annes	30/11/1874	112- 112v
Procuração	Jozé Ferreira Carpes, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, para cobrar em Juizo ou fora dele vairs devedores constantes de um livro de Contas Corrente	Ubaldo Theodorico de Pinho Gezerino Lucas Annes	01/12/1874	112v- 113v
Escritura pública de divida e hipoteca	Francisco Mariano de Souza e sua mulher Dona Alexandrina Maria Francisca, <b>hipotecando</b> uma fazenda de criar que possuem <b>localizada</b> no quarto Distrito, lugar denominado de Boa Vista ao <b>credor</b> Ramom Rico; <b>Valor:</b> 3:436\$819	Guilherme Morsch Jeronimo Fernandes de Oliveira	05/12/1874	113v- 114v

Procuração	Dona Felisbina Rodrigues da Silva, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Joaquim Jozé de Oliveira, com especialidade para encontrar um escravo crioulo, de nome Pedro, de vinte um anos de idade mais ou menos, pertencente a outorgante	Thomaz Pinto de Moraes [assinatura]	12/12/1874	114v-115
Procuração	Adão Schell, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Guilherme Schell, com especialidade para receber da Thezouraria Geral desta Provincia, os juros de quarenta apolices gerais, de 1:000\$000 reis, cada uma, pertencentes a ele outorgante	Joze Prestes Guimarães Netto Gezerino Lucas Annes	14/12/1874	115-115v
Procuração	Dona Francelina dos Santos de Araujo, outorgante, <b>nomeando</b> como seus procuradores o Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã, e Christiano [ilegível], com especialidade para produzir uma justificação no Juizo de Orfãos, relativamente a idoneidade dela, para tutora de seus filhos orfãos	Gezerino Lucas Annes Antonio Ferreira Prestes Guimarães	14/12/1874	115v-116
Procuração	Antonio Joaquim de Oliveira, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador o Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã, com especialidade para representar ele no inventario a que se está procendo por falecimento de sua mulher Anna Maria Borges de Oliveira	Antonio Jose Mathias Leoncio Armando Osana Rico	15/12/1874	116-116v
Escritura pública de venda e compra	Jozé Gonsalves da Silva [ilegível] e sua mulher Dona Maria Francisca de Jezus <b>vendendoum</b> rincão de campo e matos, <b>localizado</b> no quarto Distrito ao <b>comprador</b> Dezidorio Bernandes dos Santos; <b>Valor:</b> 2:000\$000	João Severiano Martins da Cunha Pedro João Issler	17/12/1874	116v-118
Procuração	Francisco de Oliveira Macinho e Appolinario Gonsalves da Silva, outorgantes, <b>nomeando</b> como procurador o Doutor João Severiano Martins da Cunha, com especialidade para cobrar amigável ou judicialmente de Alexandre Pedro Ribeiro o que deve por documento aos outorgantes	Octaviano Borges [assinatura]	18/12/1874	118-118v
Procuração	João Jacob Miller, outorgante, <b>nemeando</b> como seu procurador Antonio Luiz Rodrigues da Costa, com especialidade para fazer venda de um escravo crioulo, de nome Appolinario	Gezerino Lucas Annes [assinatura]	19/12/1874	118v-119

Procuração	Dona Agostinha Joaquina de Oliveira, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Ramão Rico, para o fim especial de tirar do Banco da Provincia a quantia de 1:000\$000 reis, entrado para o mesmo Banco por conta de Joaquim Manoel de Oliveira Fazenda, seu finado marido	Joze Prestes Guimarães Netto [assinatura]	20/12/1874	119-119v
Escritura pública de venda e compra	Jozé Florencio de Lima e sua mulher Gertrudes Marcia Madalena, <b>vendendo</b> uma parte de campo, <b>localizado</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> João da Silva Rocha; <b>Valor:</b> 1:000\$000	Ramão Rico Bento Luciano da Silva Cordeiro	28/12/1874	120-121
<b>ANO DE 1875</b>				
Registro de um papel de desistência	Francisco Xavier Martins e Anna Antonia Martins, <b>desistindo</b> em favor de Amelia Emilia de Quadros viuva de seu filho Leonço Fellis Martins alguns bens deixados	Manoel Claro da Silva e Miguel Antonio da Rocha.	04/01/1875	121-121v
Procuração	Raimundo Pereira da Cruz, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães a fim de requerer pela liberdade de seu afilhado, o menor Manoel, filho da escrava Rufina	Leoncio Armando Osana Rico. Policarpo Ferreira da Silva	09/01/1875	121v-122
Escritura pública de doação	Francisco Xavier de Castro, <b>doando</b> á sua filha Delfina Xavier de Quadros uma parte de campo, localizado no primeiro Distrito; <b>Valor:</b> 1:000\$000	Antonio Ferreira Prestes Guimarães Jozé Prestes Guimarães Netto	09/01/1875	122-123
Escritura pública de venda e compra	Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã, <b>vendendo</b> um escravo de nome Luiz ao <b>comprador</b> Doutor Jonas Polejcarpo de Figueiredo; <b>Valor:</b> 600\$000	Antonio Ferreira Prestes Guimarães Jozé Prestes Guimarães Netto	12/01/1875	123-124
Escritura pública de venda e compra	Bento Manoel Corrêa <b>vendendo</b> uma parte de campo, <b>localizado</b> no primeiro Distrito, ao <b>comprador</b> Jeronimo Savinhon Marques; <b>Valor:</b> 400\$000	Antonio Jozé Mathias Gezerino Lucas Annes	16/01/1875	124-125v
Escritura pública de venda e compra	João de Freitas Noronha <b>vendendo</b> uma escrava de nome Maria ao <b>comprador</b> Guilherme Morsh; <b>Valor:</b> 1:000\$000	Antonio Ferreira Prestes Guimarães Jozé Prestes Guimarães Netto	18/01/1875	125v-127
Escritura pública de venda e compra	Jorge [Scturm?] <b>vendendo</b> uma escrava de nome Maria ao <b>comprador</b> Jeronimo Rodrigues Missel; <b>Valor:</b> 1:000\$000	Antonio Ferreira Prestes Guimarães Jozé Prestes Guimarães Netto	18/01/1875	127-127v

Escritura de quitação de uma hipoteca	João Schell, credor hipotecante, <b>declarando</b> quitação dos devedores hipotecados Alfredo [Beidault?] e sua mulher Maria da Conceição Albuquerque	Eugenio Moreira dos Santos Elias de Souza Küster	20/01/1875	128-128v
Escritura pública de venda e compra	Alfredo [Beidault?] e sua mulher Maria da Conceição <b>vendendo</b> um campo, matos, casa de engenho de socar erva-mate, <b>localizado</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> João Schell; <b>Valor:</b> 3:000\$000	Eugenio Moreira dos Santos Elias de Souza Küster	20/01/1875	128v-130
Escritura pública de venda e compra	Diogo Jozé de Oliveira e sua mulher dona Maria Joanna Vieira <b>vendendo</b> um rincão de campo e casa, <b>localizado</b> no segundo Distrito, ao <b>comprador</b> Felipe [Dreher?]; <b>Valor:</b> 800\$000	Gezerino Lucas Annes e Gervazio Lucas Annes	25/01/1875	130v-131v
Procuração	Salvador Rodrigo Nunes, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador o Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã com especialidade para representar ele no inventário dos bens deixadas por falecimento de sua mulher Laudina Maria de Jezus	Christino [Vhle?] Antonio Ferreira Prestes Guimarães	02/02/1875	131v-132
Procuração	João Pedro Rodrigues, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães com especialidade para representá-lo no inventário dos bens deixados por falecimento de Amancio Joaquim de Oliveira e Calra Rodrigues da Silva, de que ele outorgante é inventariante;	[assiantura] Francisco Antunes da Cunha	03/02/1875	132-132v
Procuração	Francisca Clara de Oliveira, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreria Prestes Guimarães com especialidade para representá-la no inventário que se vai proceder nos bens deixados por falecimento de seu marido Pedro Ferras de Abreu	Eustaquio José de Mattos Benedicto Maques da Silva Acauã	03/02/1875	133-133v
Procuração	Gaspar Rodrgiues da Silva, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador o Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã, com especialidades para defende-lo da acusação do crime de ferimentos graves, ou mortes	Christiano [ilegível] Antonio Galvão da Silveira Filho.	04/02/1875	133v-134

Procuração	Constantino Felisberto da Silva, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Prestes Guimarães, a fim de representá-lo em todos os atos e termos judiciais do inventário e partilha, que pelo respectivo Juízo de Orfãos se vai proceder por falecimento de Amancio Joaquim de Oliveira e Clara Rodrigues da Silva	Christiano [ilegível] Benedicto Marques da Silva Acauã	05/02/1875	134-134v
Procuração	Adolfo Brizola de Oliveira, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador o Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã, para defendê-lo da acusação de crime de ferimento grave	[Luis?] Gomes de Oliveira Cardozo Feliciano Francisco de Abreu e Araujo	06/02/1875	134v-135
Escritura pública de reconhecimento paterno	Antonio Jozé Maria, <b>reconhecendo</b> como seu filho natural o menor Theodoro oriundo de relações com a escrava [Manella?]	Antonio Ferreira Prestes Guimarães Doutor Benedicto Marques da Silva Acauã	06/02/1875	135-135v
Procuração	Felisbina Roza, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, com especialidade para representá-la no inventário dos bens deixados por falecimento de seu marido Felisberto Rodrigues da Silva	Christiano [ilegível] Anastacio Joze [ilegível]	08/02/1875	136-136v
Escritura pública de dívida e hipoteca	João Fernandes Correa e sua mulher Alexandrina da Silva Correa <b>hipotecando</b> um engenho de soque de erva-mate, casa de moradia, e um pequeno pedaço de campo, <b>localizado</b> no sexto Distrito a <b>credora</b> dona Luciana da Fontoura Nunes; <b>Valor:</b> 8:303\$600	Antonio Ferreira Prestes Guimarães Bento Porto da Fontoura	08/02/1875	136v-138
Procuração	Dona Luciana da Fontoura Nunes, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, para o fim de cobrar judicial ou extrajudicial os devedores dela	Eustaquio Jozé de Mattos Tito Castilho da Fontoura	10/02/1875	138-139
Procuração	Antonio Joaquim de Oliveira, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, a fim de requerer ao Juízo Competente a nomeação dele outorgante, como tutor do orfão João, seu neto e afilhado, filho legítimo do falecido Fortunato Joaquim de Oliveira e sua mulher também falecida Dona Eufrazia	Christiano [ilegível] Lourenço Maximo de Barros	11/02/1875	139-139v

Escritura pública de doação	Antonio Joaquim de Oliveira <b>doando</b> 2:000\$000 em favor de seu neto João	Luiz Gomes de Oliveira Cardozo Antonio de Freitas [ilegível] Antonio Ferreira Prestes Guimarães Lourenço Maximo de Barros Christiano [ilegível]	11/02/1875	140-141
Procuração	Francisco Luiz da Maia, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimarães, com especialidade para representar ele outorgante em todos os atos e termos do processo Crime, que se vai instaurar no Juizo Municipal pelo assassinato praticado em Serafim Luiz da Maia, filho do outorgante	Gezerino Lucas Annes	12/02/1875	141-141v
Procuração	Bento Luciano da Silva Cordeiro, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Guilherme Schell, com especialidade para receber da Thezouraria da Fazenda desta Provincia a importância dos vencimentos que ele tem direito, na qualidade de Promotor Público interino da Comarca da Cruz Alta	Jeronimo Lucas [ilegível] Joze Prestes Guimarães Netto	17/02/1875	141v-142
Escritura pública de venda e compra	Manoel Domingues Nunes e sua mulher Anna Maria Francisca, <b>vendendo</b> uma parte de campo <b>localizado</b> no primeiro Distrito ao <b>comprador</b> João da Silva Rocha; <b>Valor:</b> 600\$000	Jozé Claro de Oliveira Gezerino Lucas Annes	18/02/1875	142-143
Procuração	Lino Pacheco de Quadros, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreira Prestes Guimaerães, especialmente para cobrar judicial ou extrajudicialmente a herança do finado Ubaldo Theodorico de Pinho	Gezerino Lucas Annes [assinatura]	22/02/1875	143v
Escritura pública de venda e compra	Justino Jozé Soares, <b>vendendo</b> um campo e matos <b>localizado</b> no quinto Distrito ao <b>comprador</b> Antonio Ferreira de Albuquerque Netto; <b>Valor:</b> 3:000\$000	Antonio Ferreira Prestes Guimarães Leoncio Armando Osana Rico	26/02/1875	144-145
Procuração	Theodoro Henrique [ilegível], outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Guilherme Morsch, com especialidade para receber a conta de naturalização dele outorgante	Gezerino Lucas Annes Bento Luciano da Silva Cordeiro	05/03/1875	145-145v
Procuração	Manoel João de Oliveira Lima, outorgante, <b>nomeando</b> como seus procuradores Faria e Silva, especialmente para receberem na	Pataleão Francisco Prestes Antonio de Freitas [ilegível]	10/05/1875	146-146v

	Thezouraria Geral da Fazenda desta Província, o capital de 2:223\$995 reis			
Escritura pública de reconhecimento paterno	Matheos Gomes Nogueira, <b>reconhecendo</b> como seus filhos os menores Francisco, Severiano e Adelaide, oriundos de seu relacionamento com Mariana Maria da Conceição	Jeronimo Fernandes de Oliveira Gervazio Lucas Annes	11/05/1875	146v-147
Procuração	Paulo Pedro Damaceno e sua mulher Senhorinha Maria de Toledo, outorgantes, <b>nomeando</b> como seu procurador o Doutor Venancio Ayres, com especialidade para defender seus direitos no inventario de sua falecida irmã.	Doutor Manoel Marques da Silva Acauã Benedicto Marques da Silva Acauã	12/03/1875	147-148
Procuração	Bento Luciano da Silva Cordeiro, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador o Doutor Albino Pinheiro Siqueira, com especialidade para requerer perante a Presidencia da Província e ao Governo Geral na Corte tudo o que for de pretensão do outorgante	Gezerino Lucas Annes	19/03/1875	148-148v
Procuração	Antonio Jozé de Almeida Tetto, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Manoel Marques dos Santos Torres, para requerer a Assembleia Provincial o pagamento dos cofres provinciais a quantia de 920\$000	Joze Prestes Guimarães Netto Gezerino Lucas Annes	24/03/1875	148v-149
Procuração	Domingos Pereira Gomes, outorgante, <b>nomeando</b> como seus procuradores Guilherme Morsch e Felipe Benicio de Freitas Noronha, com especialidades para fazerem venda do escravo Manoel	Gervazio Lucas Annes Gezerino Lucas Annes	29/03/1875	149-149v
Procuração	Athanagildo Rodrigues da Silva, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Antonio Ferreria Prestes Guimarães, com especialidades para prestar contas da tutoria dos orfãos deixados por falecimento de Jozé Ferreria Chaxim	Gervazio Lucas Annes. Joze Prestes Guimarães Netto	30/03/1875	149v-150
Procuração	Francisco da Silva Portella, outorgante, <b>nomeando</b> como seu procurador Jeronimo Pereira de Mello, com especialidade para cobrar amigavel ou judicialmente de [ilegíprovel] Jozé dos Santos	Pedro Ferreira da Silva Francisco da Silveira	05/04/1875	150-150v
Encerramento do Livro				150v

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ivone; et.al. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

BACELLAR, Carlos. O uso e mau uso dos arquivos. IN: **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinsky, (org). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História da Cultura Material – Notas sobre um campo histórico em suas relações intradisciplinares e interdisciplinares. IN: BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História** – Especialidades e Abordagens, Petropolis: Vozes, 2004.

BATISTELLA, Alessandro; KNACH, Eduardo Roberto Jordão. Antologia do município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX. IN: BATISTELLA, Alessandro; SILVA, Adriana Ferreira da (Coord.). **Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia, imprensa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade**. Passo Fundo: Méritos, 2007. (vol. 1)

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 3.ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CODA, Alexandre. **O juiz de paz na esfera criminal: Porto Alegre (1832-1841)**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (História/Bacharelado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

EDMONDSON, Ray. **Memoria del Mundo**: Directrices para la salvaguarda del patrimonio documental. París: UNESCO, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HAIGERT, Cynthia Gindri. **Memória**: do individual ao coletivo. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer, Educação patrimonial: perspectivas. Santa Maria: UFSM. Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

KOBASHI, Nair Yumiko. **Vocabulário controlado**: estrutura e utilização. ENAP, 2008. (Texto para ENAP – Versão 2: 03.12.2008).

KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. (Projeto Como Fazer, vol. 10).

LAGES, Maria Otília. **Abordar o Patrimônio Documental**: Territórios, Práticas e Desafios. Guimarães: NEPS, 2002. (Cadernos NEPS)

LEAL, João Eurípedes Gualandi Franklin. Normas para Transcrição Paleografia em Documentação Brasileira. **Arquivo e Administração**, v. 25, p. 19-38, 1990.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. A evolução dos arquivos e do conhecimento em arquivologia. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, vol. 5, n. 2, p. 19-28, 2012.

MARCHI, Darlan de Mamann; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; POLONI, Rita Juliana Soares. (Orgs.). **Memória & patrimônio**: lugares, sociabilidades e educação. Vol. 1. Pelotas: Ed. da UFPel, 2019.

MIRANDA, Fernando; ZANOTTO, Gizele (Orgs.). **A morte não é o fim**: culturas e identidades no Cemitério Vera Cruz, Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2018.

MOTTA, Kátia Sausen. Do debate à lei: a estruturação do Juiz de Paz na primeira metade do Oitocentos. **XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio**: memória e patrimônio. Rio de Janeiro, de 19 a 23 de julho, 2010.

PEÑA, Juan Miguel Palma. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: Revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, n. 58, p. 31-57, septiembre-diciembre, 2013.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. A região, a memória e a história: a experiência do Arquivo Histórico Regional da UPF. **História: Debates e tendências**, Passo Fundo, v. 8, n.2, jul/dez. 2008, p 324-331, publ.2009.

RONDINELLI, Rosely Curi. Diplomática a arquivologia: trajetórias que se cruzam. *In*: **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisitação conceitual necessária. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva; MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa. A importância da paleografia para o estudo das escrituras públicas: o exemplo de uma escritura de compra e venda de começos do século XIX. **Fontes**, Salvador, n.8, p. 55-63, 2018.

SILVA, Aryanne Faustina da. A instituição do Tabelionato na História e sua prática no Brasil antigo. **XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**, Natal, p. 01-11, 22 a 26 de julho, 2013.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Historiadores e acervos: uma relação de “fato”, mas não de “direito”**. Pelotas: ASPHE, FaE, UFPel, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009. SMIT, Johanna Wilhelmina;

THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51643>. Acesso em: 25 jun. 2021.

ULRICH, Raíssa Gehring. **AS MODERNIDADES VISÍVEIS E AS ALTERAÇÕES CIDADINAS NA PASSO FUNDO DE OUTRORA (1891-1924)**. 2020. Trabalho de conclusão de curso (História - Licenciatura) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.